



ATA da 92ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA

Expediente:

- I. Aprovação da ATA da 38ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 11 de junho de 2014;
- II. Aprovação da ATA da 89ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 25 de abril de 2014;

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre Rede Estrutural Cicloviária para o Município de SP – referente à 1ª Etapa de Ciclovia – 50km – Apresentação Secretário Jilmar Augustinho Tatto;
- II. Apresentação dos Projetos aprovados pelo CONFEMA em 2014 – Apresentado por DAF;
- III. Apreciação e Deliberação sobre prorrogação contratual dos serviços vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Grupo Ibirapuera no valor de R\$ 6.194.613,19 (PA nº 2012-0.328.921-5);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Colina no valor de R\$ 480.070,65 (PA nº 2013-0.091.782-9);
- V. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual de serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Anhanguera no valor de R\$ 584.937,24 (PA nº 2010-0.134.888-1);
- VI. Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Shangri-lá no valor de R\$ 852.833,10 (PA nº 2011-0.264.565-2);
- VII. Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques que Integram o Grupo Jacques Cousteau no valor de R\$ 879.297,98 (PA nº 2012-0.356.374-0);
- VIII. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – Ecoponto JABAQUARA – com finalidade de recebimento voluntário de



Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – SP-CT no valor de R\$ 235.267,98 (PA nº 2014-0.147.681-0);

- IX. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – Ecoponto CIDADE LIDER – com finalidade de recebimento voluntário de Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – SP-CT no valor de R\$ 244.464,77 (PA nº 2014-0.127.928-3);
- X. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – Ecoponto PESQUEIRO – com finalidade de recebimento voluntário de Resíduos da Construção Civil e Objetos Volumosos – SP-CT no valor de R\$ 234.856,10 (PA nº 2011-0.046.330-1);

Wanderley Meira do Nascimento

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Fundo do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – FEMA

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia, senhoras e senhores. Conselheiros e Conselheiras. Estamos com quórum. O Secretário já está aqui, só falando com o Cavalcanti, já está entrando. Senhor Secretário, já estamos com quórum. Vou passar a palavra para o Secretário, para ele fazer a abertura. Depois, o Secretário vai ter que se ausentar a pedido do senhor Prefeito, e nós continuaremos a nossa reunião. Secretário, com a palavra, para abertura.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Bom dia a todos e a todas. Mais uma reunião, a 92ª. Eu hoje espero que... os trabalhos hoje já são mais tranquilos a respeito da ciclovia. E o restante é de manejo, que já é de conhecimento de todos aqui, para fazer os devidos acertos finais. Então, eu procuro sempre, neste fórum, fazer algumas observações, até para a gente refletir e ajudar a decisão aqui da Secretaria, que a gente nunca toma e nem irá tomar a decisão sozinho. Então têm alguns projetos que é interessante compartilhar. Então um deles que me acabou de chegar semana passada, que eu acho que é muito importante para a cidade. Têm duas empresas que querem fazer uma proposta para a cidade de São Paulo, de implantar os veículos elétricos, moto elétrica e bike elétrica. Eu sei que o automóvel elétrico e a moto não têm nenhum óbice. Mas em relação às bikes, claro. Têm alguma coisa aí, de discussão, dos ambientalistas, entre os ciclistas aí, históricos, que, de fato, a bicicleta não é para ter motor. Tem outra característica, uma outra função. Mas enfim, a gente vai abrir um pouco essa discussão. No momento adequado, vamos mandar lá para a Secretaria de Transportes, claro. Porque é a Secretaria afim para esse assunto. E com as nossas considerações aqui, do ponto de vista ambiental. Mas logo, logo, nós vamos mandar para a Secretaria, lá para o



Gilmar, Secretário, também observar. Mas eu achei o projeto muito interessante. Senão no caso dos automóveis, porque eles querem apenas um local público, que seria no passeio, que é um espaço do tamanho de um frigobar, vamos dizer assim. É 50 x 50 por 1 metro de altura. E uma vaga na zona azul. Seria uma vaga verde, vamos dizer assim. Eu acho que nós temos até que criar um logo, daí para frente, alguma coisa. Mas o interessante é que o funcionamento vai ser com aplicativo no celular, e outro diferencial em relação a aluguéis, é que você pode pegar o carro em qualquer lugar e deixar em qualquer lugar. Então, se você tem um problema de... qualquer um. Você quer sair da sua casa para o trabalho, você pode deixar no trabalho. Quer dizer, você só usa quando está em funcionamento. E eles vão ter um serviço depois, de recuperar esses carros onde eles estiverem. Se bem que não tem tanta necessidade de remoção desses carros para o ponto de partida, porque no teu aplicativo você vai saber onde eles estarão na cidade. Então é interessante. Parecido com a bicicleta. E aí também fizeram a proposta para moto e bike, no mesmo sentido, que eu acho que é um ganho para a cidade. Acho que não na escala ainda que a cidade precisa, mas eu acho que do ponto de vista da educação ambiental, da visibilidade para o serviço, eu acho que vai ser muito interessante. Então eu espero que no momento oportuno, o mais rápido possível, a gente avalie também esse projeto. Até porque avaliar assim... mais do ponto de vista conceitual. Porque não vai envolver recurso. A gente ainda está estudando. Seria talvez, uma permissão de uso. Um uso muito pequeno dentro do público. Não cabe nem concessão, no caso. Mas enfim, isso era outro assunto. Outro assunto que eu gostaria muito de conversar com vocês, não é o momento, mas eu peço que vocês façam reflexões para que ajudem, depois. Têm uma série de parques na cidade de São Paulo, que têm interface direta com SIURB, por conta de serviços correlatos, aí de... Eu vou dar o exemplo de um. Que eu estive agora há pouco no Parque da Aclimação, e eu fiquei muito entristecido do que vi. Porque eu conheço esse parque, e já frequentei há muitos anos atrás. Até porque eu morei ali na Aclimação. E eu não sabia disso. Eu soube do acidente. Todos nós soubemos na época. Extravasou, mas na verdade, não se resolveu o problema. O espelho d'água nunca voltou ao normal, ao seu nível. Então o espelho d'água continua mais do que a metade para baixo. E ali o talude, que era um desenho bonito em volta do lago, descaracterizou completamente o parque. Assim, este talude tinha água e hoje não tem, ele não é nem grama, nem é lama, não é nada. Porque é uma parte que estava submersa. Mas enfim, muito feio. Então a gente está listando aí, todos os parques que têm interface (incompreensível), do ponto de vista da drenagem. Drenagem, com rede de esgoto, e a gente está sentando aí... Se eu não me engano, na 2ª ou 3ª feira, com o (incompreensível). Eu marquei essa reunião para que a gente trace um plano de trabalho para esses casos. E descobri outra coisa interessante, também, que eu gostaria de compartilhar com vocês: a gente aqui com o cobertor curto, puxa de lá, puxa de cá, o maior devedor de Termo de Compensação Ambiental, TCA, aqui na Secretaria, não é nem a iniciativa privada. É a própria prefeitura. É a SIURB. A própria SIURB tem aí algo... não chegamos em uma conta, mas é aí por 50, 60 milhões. Aí claro, em uma brincadeira com o Garibe, ele falou: eu achei que você não ia descobrir tão cedo. Mas enfim... Eu acho que então, esse recurso, a gente está conversando com ele que pode ser voltado para este assunto. Para ver esses parques que têm essa interface, aí. Tem outro emblemático também, que é o Parque do Jacques Cousteau. Que é o parque que tem lá, a família dos jacarés. Também judicializado. Porque um juiz quer que tire o jacaré, outro diz que não pode tirar o jacaré, que é do papo amarelo. Aí a última petição de um juiz, ele fala em crocodilo. Está errado. Não é crocodilo, aquilo lá. Mas enfim, fica essa confusão. E a gente vai ter que entrar lá, porque um dos problemas do jacaré... não só do jacaré, da população como um todo, é que também tem uma contribuição de drenagem muito forte, abundante, e que está degradando demais o Parque Jacques Cousteau, que é um parque muito bonito. Inclusive muito rico, do ponto de vista da qualidade adensamento, muito adensado, e tem que resolver isso também. E têm outros. Não vou ficar aqui citando. Lá no Itaim tem (incompreensível) Vermelha, o mesmo assunto, que corre esgoto a céu aberto no meio do parque. Então têm uma série



aí de parques, talvez uns dez, quinze a vinte, que a gente vai ter que improvisar. Até porque esse recurso também parece que não vai dar conta. No momento oportuno também, a gente vai avisar a vocês que tem aí a data do aniversário do Ibirapuera, que acho que é uma data importante. Importante que vocês acompanhem um pouco dessas atividades. A gente acabou de conseguir um importante parceiro para essa data. A Globo vai fazer uma... não só uma cobertura, mas vai fazer uma série de eventos, desde a parte da manhã, até à noite, com divulgação em todos os jornais da Globo, desde a parte da manhã, à tarde... Eu acho que vai ser um evento aí, importante para o parque, que merece, nessa data aí. Se pensou até em uma logo, aí, fazendo uma apologia ao parque, o Ibirá. Parabéns, Ibirá, alguma coisa assim. Felicidades, Ibirá. Mas a Globo está nos ajudando aí, nesse trabalho de divulgação, dessa data, com bolo, enfim, tudo que tem de direito para o parque, eu acho que do ponto de vista simbólico. Vai ser interessante para a gente. O Planetário, aí a título de informe, ele está bastante avançado nas contratações. A gente espera que este ano nós vamos conseguir inaugurar, ou reinaugurar os dois planetários, tanto do Carmo quanto do Ibirapuera. A educação ambiental com coleta seletiva na rede municipal startou, a gente já startou o projeto. A gente também tem a expectativa que... é uma questão só aí de data, por conta das férias das crianças. Então a gente está com muita vontade que faça um piloto ainda, antes do... período letivo, antes final do ano. Mas se não for possível, vai ter que ser na volta das férias das crianças, que é fevereiro, não é isso? Enfim, mas ou vai ser ao final do ano, antes das férias, ou logo após. Que é um projeto também... Eu acho que vai ser importante para a cidade. É um projeto na escala da cidade de São Paulo. Esse sim, a gente começa com o entorno das centrais, e vai expandindo para a cidade, para pegar toda aí a rede municipal. Era isso. Obrigado. E vamos ver se a gente faz mais um excelente trabalho nesse importante fórum aqui. Eu não vou poder ficar.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, aberta pelo presidente, a 92ª reunião plenária extraordinária. 25/7. Vamos passar à pauta. Expediente: aprovação da ata da 38ª reunião plenária extraordinária do CONFEMA, de 11 de junho de 2014. Pois não?

Cons. Sônia: Sônia, Morro do Querosene. Eu queria só aproveitar enquanto o Secretário está aqui ainda, e fazer uma complementação da exposição dele, que eu achei muito oportuna, de trazer uma explanação sobre os parques que estão com atividades, e que estão em processos, e tal. A gente tem um número de parques grande. E tem o número de parques planejados, grande, também. Então eu acho que é importante a gente, a cada reunião do FEMA, a gente fazer essa composição do histórico de cada um deles. E eu queria chamar a atenção de uma das coisas que o Secretário falou, que foi sobre o esgoto a céu aberto no parque. Lá no Butantã, minha Associação é a do Butantã, a gente têm vários parques lineares planejados. Água Podre, exatamente. Eu ia falar do Água Podre, primeiro, mas também chamar a atenção de que todos os parques lineares... A gente teve uma reunião do CADES Butantã há pouco tempo, e retomamos esse assunto, porque é um assunto recorrente. A gente reforçou inclusive... o Cesinha esteve lá falando sobre o Água Podre. O problema do esgoto é um problema imenso. No Butantã, eu não sei se em outras regiões de São Paulo também. E eu gostaria de entender como que a Secretaria do Verde se comunica com a SABESP, com relação a isso. Porque é uma dificuldade tão grande... no Água Podre, por exemplo, existe um coletor, cujas obras não foram finalizadas.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheira, só... Desculpe. Cortando. Para a gente manter a reunião, o que a Conselheira está falando, o Secretário, a pedido do prefeito, está em um governo itinerante. A cada semana vai em duas subprefeituras. Antes de ele ir à subprefeitura marcada, vai um assessor dele, o Adriano, à frente, fazendo percursos e pegando todos os problemas que têm na área. O Secretário vai, fala com o subprefeito, com os diretores da subprefeitura, e depois atende a população. Então essa parte como...

Cons. Sônia: Eu sei disso. A gente está aguardando a visita lá no Butantã, mas a minha intenção aqui não é falar do Butantã. É falar da dificuldade que a gente tem com relação aos parques do município inteiro. E a atuação da SABESP, com relação aos esgotos.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O Secretário já está com uma (incompreensível).

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Não. É pertinente o que você está falando, viu? É isso mesmo. O que a gente tem feito nessas reuniões, programado... que a gente deve... o cronograma nosso, de... até o final de setembro, começo de outubro, a gente deve ter visitado todas. Então a ideia é que nessas reuniões, que geralmente são grandes, e não é uma reunião técnica só. A reunião de ontem deveria ter o quê? Umas 200 pessoas? Então vai a população organizada, vai a associação de bairros, enfim... A ideia é que quando surge este assunto, que são todos, viu? Não é uma peculiaridade do Butantã, não. A gente procura elencar os problemas nessas reuniões, e hierarquizar com a prioridade. E é em cima deste mapa que eu vou começar a discutir com o Garibé, neste caso específico, e a SABESP, também. Primeiro vou fazer uma rodada com o Garibé, e depois nós vamos fazer uma conjunta, eu, o Garibé com a SABESP. Mas a intenção é essa mesmo. Primeiro elencar. Ver o que é que tem. São muitos. Também para mim, foi uma surpresa. Porque quando eu cheguei no Parque da Aclimação, eu tomei um susto. Porque eu morei ali do lado. Falei: não, mas isso aqui não é mais o Parque da Aclimação. Ele está horrível do ponto de vista estético. E com a frequência cada vez mais maior. E aí que eu fui me alertar e começar a ver que não é lá. Têm vários casos desses. Lá no Itaim Paulista tem a Águas Vermelhas, que é um problema seríssimo também. Aqui na zona norte, você tem a região ali do Brasilândia, do Canivete, tem a mesma coisa. Mas você tem razão. Acho que nós vamos ter que... Essa reunião com a SABESP, eu acho que não deva ser nem tão técnica assim. Acho que em função do tamanho do problema, eu vou ter que fazer uma rodada com o Prefeito também. Que eu acho que ele merece um tratamento acho que em uma esfera superior até, em relação a esse problema.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Antes de passar para a Cristina... E ontem também, nessa reunião, tinha o representante da SABESP da área, que também deu as explicações. Ele, normalmente... a gente, elencando os problemas, convoca o pessoal que está envolvido nos problemas levantados. Conselheira Cristina, com a palavra.

Cons. Cristina Antunes: Eu vou aproveitar a carona aqui da Sônia porque eu queria falar enquanto o Secretário estivesse aqui. Primeiro porque eu acho fantástica essa sua apresentação de abertura. Porque a gente recebe informações, realmente, que são superinteressantes. E a propósito de uma das suas informações, que é dos planetários. Eu queria solicitar que fosse incluída em alguma pauta uma avaliação do que foi investido nesses dois planetários. Porque o do Carmo, por exemplo, consumiu dezenas de TCAs, e nunca funcionou corretamente. Tinha problema de infiltração, tal. Então eu queria saber especificamente, qual foi a responsabilização das construtoras, ou dos responsáveis pelos TCAs. Eu sei que isso daqui não sei agora, mas enfim, eu queria ter esse histórico porque a gente gasta muito TCA, nesse planetário também. E eu entendo que assim, no interesse da sociedade civil, eles precisariam prestar contas disso. Porque no fim, foram outros TCAs. Cada vez mais TCA, e não se respeitava, àquela altura, a condição do TCA tem que ser cumprido no local onde houve o dano. Então tiveram muitos TCAs lá da região sul, que foram parar lá no planetário do Carmo. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Essa prestação de contas, ela é fundamental. Até comuniquei aqui, para ele preparar esse histórico para ser apresentado para todos. Rapidamente, para não mais... e o tempo aí já está curto, mas uma informação rápida, o planetário, o que a gente está fazendo de diferente desse ano agora, é que a gente percebeu que a maioria dos outros processos, outras contratações não envolviam a manutenção. Bom, esse equipamento, para quem não sabe, é um equipamento único no mundo. Só tem uma única empresa. Uma empresa alemã. Por isso que o processo licitatório é por dispensa de licitação. Agora, se ele é único, e se é alemão, se você não tem, junto com a contratação do equipamento, uma contratação de manutenção, foi o que ocorreu. Então a gente tomou esse cuidado agora, de também incluir a manutenção. E mais ainda, no momento também, concomitante, nós vamos fazer outro contrato de capacitação de pessoas da casa, também. Para não ficar só preso



com a manutenção da empresa, porque a gente perdeu um pouco também, dessa massa crítica de técnicos da... que cuidava desse assunto, que era da astrofísica. Uma parte por questão de aposentadoria, e outra porque foi para outro lugar, então se deslocou. E a gente está bem deficitário com profissional com essa expertise dentro da Secretaria. Então em um primeiro momento, contrata a manutenção junto, mas também, capacitar funcionários nossos, para que não tenha esse problema desagradáveis, de... um parafuso cai e fica três anos, dois anos sem funcionar. Isso é um absurdo. Não pode mais funcionar assim.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, vamos ao expediente. O Conselheiro Azoni pediu para se ausentar porque ele está com a TV Globo no escritório dele, aguardando. Às 11 horas. Então, a hora que o senhor achar pertinente. Aprovação da ata da 38ª reunião plenária extraordinária do CONFEMA, de 11 de junho de 2014. Os Conselheiros... Alguém quer se manifestar? Conselheira Sônia, por gentileza.

Cons. Sônia: Eu, inclusive, mandei por e-mail. Eu não recebi... ou alguma... talvez tenha me pulado, a 37ª. Que foi a reunião onde eu tomei posse. Por isso que me chamou a atenção.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Já foi aprovada, mas eu mando para a senhora. Por gentileza, dona Lurdes, providencia para a dona Sônia, antes dela terminar a reunião, uma cópia para ela. Por favor. 37ª reunião. 38ª: todo mundo está de acordo? Os Conselheiros que estiverem de acordo, permaneçam da maneira que estão. Aprovada por unanimidade. Aprovação da ata da 89ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, de 25 de abril de 2014. Algum Conselheiro ou Conselheira gostaria? Então vamos à votação. Os Conselheiros que estiverem de acordo, permaneçam da maneira que estão. Votada por unanimidade. Passaremos à ordem do dia. Só dar uma explicação aos Conselheiros. A apresentação do projeto do CONFEMA que foi solicitada como segundo item, porque o Secretário Tato estaria presente aqui, e teria que sair, a pedido do Prefeito. Infelizmente, o Prefeito chamou mais cedo. Mas como já está em primeiro item, nós vamos passar à aprovação e deliberação sobre a rede estrutural, ciclovia para o município de São Paulo, referente à primeira etapa das ciclovias, 50km. Apresentação da Suzana.

Cons. Sônia: Posso pedir um esclarecimento?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não. Pois não.

Cons. Sônia: Nós havíamos combinado que no início de cada reunião seria feita uma explanação sobre a situação orçamentária, com atualização. Inclusive nossa última reunião extraordinária, nós aprovamos um valor que seria destinado à Chácara do Jóquei. Havia ali, uma operação também, orçamentária, de rubricas. Inclusive nós falamos sobre isso no final da reunião e confirmamos que no início da reunião seria então, feita essa...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Foi a explicação que eu acabei de dar, que passou para o item 2, na apresentação e aprovação que vocês pediram de todos os processos, como então o que foi liberado, o que não foi liberado será feito no item 2 devido a nós termos feito a inversão por causa do Secretário Tato. Está bom? Então, a partir do 1º item, no 2º item serão dadas as explicações que a Conselheira está solicitando. Está bom?

Cons. Sônia: Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: De nada. 1º item então, por gentileza, Suzana, da Secretaria de Transportes.

Suzana: Meu nome é Suzana Nogueira. Eu trabalho no planejamento cicloviário da CET. Estive aqui já anteriormente para fazer apresentação. E a proposta aqui, é da gente apresentar... A gente apresentou um conceito, e quais são os 50 primeiros km propostos aqui, com o recurso do FEMA. Então o nosso objetivo geral, que a gente já tinha falado, é o tratamento de 400 km de vias para implantação de ciclovias, conforme meta. A meta 97 do plano de governo da Prefeitura. Retomando aqui as diretrizes. Então as diretrizes que nós adotamos para consolidação de toda a rede, são as ligações perimetrais e radiais, e eu reforço aqui, porque quando a gente foi definindo a sequência de implantação, essas diretrizes foram seguidas bem à risca. As primeiras conexões a gente



trabalha exatamente essas ligações perimetrais e radiais, e também a integração modal. Que ele é um elemento básico, quando eu penso em fazer uma parte da rede, que ainda ela vai acabar se estruturando e criando uma rede inteira. Então eu tenho que começar de alguns locais, e esse foi o critério que nós utilizamos para definir essas ligações. Então os demais, eles acabam sendo atendidos. Mas entendendo que é uma continuidade. A gente tem que priorizar dos 400 km, por onde começa. E o foco também, sempre estrutura como meio de transporte em locais em que já tem o deslocamento de bicicleta. Os demais itens aqui, a gente já tinha pontuado. Mas é só para retomar de novo, para a gente voltar, sempre que tem uma lógica que a gente vai trabalhando. O padrão que a gente adotou, então, ele é um padrão em que a gente faz uma segregação de uma faixa na pista de rolamento, com pintura vermelha. Inicialmente, a gente fez um piloto, somente com uma demarcação: a da faixa branca. Que ela, pelo código, é a que faz a delimitação de fluxo, de veículo aqui. E aí então, nós entendemos que não tinha essa leitura. Então implantou. Tinha uma dificuldade de compreensão. E como a gente faz o acompanhamento. A gente faz a operação assistida no início da implantação, a gente percebeu que o motorista, e muitas vezes o motociclista, não estava entendendo o que a gente estava implantando. Então... ah, mas não é vermelho? Ah, mas não tem... pela regulamentação, vermelho? Então a gente acabou adotando a pintura vermelha agora, e até refazendo esse piloto, todo o trecho, para a gente ir mensurando, de fato, o que significa isso. Então o piloto, ele começou inicialmente em um trecho de 1,4 km, que saía do Largo do Paissandu até a Sala São Paulo, e a gente prolongou esse piloto dentro da... a própria Duque de Caxias, a ligação com a Praça da República pela Vieira de Carvalho, e a integração com o Terminal Amaral Gurgel. E aí, depois a gente começou a sequência. Que é exatamente o conceito da rede. Então eu começo de um ponto, e a partir desse local, eu vou criando essa estruturação cicloviária. Então aqui são algumas ilustrações, que a gente tem algumas fotos dos trechos que foram implantados. Então a gente tem a sinalização horizontal, vertical, a sinalização de orientação para o carro ou veículo, tanto horizontal quanto vertical, rebaixamento de guia. Então nesse trecho, a gente teve oito rebaixamentos de guia. A gente vai fazendo todo o detalhamento do projeto. E na sequência, o que a gente entendeu? Então certo, a gente tem uma parte que a gente está desenvolvendo já internamente, pela CET, que é a expansão da região central, a sentido norte, conectando com as estações de trem e de metrô, e de terminais de ônibus. E aí a gente pensou também, de outras conexões. Até porque você não fica somente no centro da cidade. Você começa a trabalhar isso. Então foram os nossos focos de trabalho. Então aqui... Sempre no papel fica melhor, mas vamos lá. Então aqui, só para ilustrar o que a gente está falando, então aqui do centro tem essa ligação que é a ligação que pega a Avenida Liberdade, o eixo da Liberdade para Jabaquara. A gente está trabalhando também, uma ligação que ela vai aqui, para a Aclimação. Uma ligação que pega a Pamplona até o Parque do Ibirapuera. Então sempre conectando estações de metrô e locais de interesse. Temos aqui a continuação da Escola Politécnica, que nós implantamos esse trecho. Continuando, a ligação com a estação de trem da Presidente Altino. Aqui, faz a ligação com o metrô Vila das Belezas. Isso daqui é sempre uma coisa bastante solicitada até, pelos ciclistas. A região do Ipiranga, a primeira parte da região do Ipiranga. Uma ligação aqui, com o metrô Carrão. E uma ligação que a gente tem porque a gente está, pela CET, desenvolvendo essa parte da rede, da região central. Então daria continuidade já, sentido norte, e a região de Ermelino Matarazzo, que até pela pesquisa OD, era a primeira região que tem maior demanda do município, e integra com a estação, também, de trem. E aqui, que integra com o terminal Sapopemba. Então essa é a rede que a gente está propondo. E aqui, que faz a conexão com o Corredor Cachoeirinha, em que tem uma ciclovia lá, que ela está sendo implantada dentro do escopo de SP Obras, e a gente faz a conexão com o terminal Barra Funda. Então, para entender espacialmente o que a gente está falando, para a região Leste, são 14 km, região norte, 6 km, centro expandido, 18,8 km... Centro expandido, entende-se tudo aquilo que está entre marginais, Bandeirantes, Salim Farah Maluf. Oeste, 11,2 km, e o total, 50 km. E o valor que a gente viu, a gente tem assim, cada trecho, a gente fez a



medição por trecho. Primeiro trecho, segundo trecho. Ele varia por conta da... que é das pequenas obras, mas entre 150 mil e 250 mil. Então isso é muito difícil. A gente chegar e falar: ó, vai custar isso. Porque depende sempre das pequenas obras, principalmente, que a gente está fazendo. Então é o que a gente vai levantando. Dentro da CET, a gente organizou uma forma de ir separando por trecho, para de fato, conseguir atestar. Mas nunca vai ser um valor exato, de 200 mil. E é isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. O senhor quer falar alguma coisa?

Orador não identificado: Suzana, por que ontem na reunião lá de Capela do Socorro teve uma representante de uma ONG, que fez uma observação que tem uma... um traçado de uma ciclovia, que vai remover uma série de árvores, e tal. Falou: olha, ponto 1. Isso não existe. 2. Que não tem o menor cabimento isso. Mas eu pedi que procurasse, tanto aqui a Secretaria, pela Ana (incompreensível), ou a Laura, (incompreensível) lá, para também... que sempre se tira essa dúvida. E mais do que isso. Aí não sei como é que vocês estão tratando isso. Eu acho até que vocês já devem ter feito essa consideração. Senão vai nós vamos ter que tomar medida para centralizar essas informações, e a implantação de ciclovias. (incompreensível), no âmbito de subprefeituras, será que ainda existem propostas só no âmbito de sub, ou não? Ou agora, todas estão (incompreensível) geral?

Suzana: Não. Na verdade, a subprefeitura, ela tem uma dotação própria, em que ela pode fazer obras de passeio, inclusive de preparação para ciclovia. A questão de sinalização é específica da CET. Mas tem caso em que a própria subprefeitura faz as intervenções.

Orador não identificado: Não. Isso sim. Isso eu sei que ela tem essa atribuição. O que eu digo, assim... se tem alguma discussão... que eu acho que não tem muito cabimento. Claro, ela pode fazer, mas da ótica de um plano geral da cidade. Não pode ficar (incompreensível) aleatoriamente.

Suzana: Sim, sim. Então, nós conversamos com todas as subprefeituras. Todas as subprefeituras, e a gente inclusive, dentro desses trabalhos, a gente chama a subprefeitura para conversar. Então algumas, a gente não está com esse trabalho agora intenso, porque a gente está focando sempre na sequência de projeto. Então agora, por exemplo, a gente está fazendo a questão do trecho do centro, e a subprefeitura da Sé, ela é parceira, apoio. A gente vai discutindo, construindo junto, sempre, algumas coisas que a própria subprefeitura indica. A gente já fez esse trabalho prévio. Mas a gente volta a conversar com eles, por questões naturais de que, é claro, que o caráter local é da subprefeitura.

Orador não identificado: Sim, mas essa proposta com subprefeitura é bem-vinda, claro.

Suzana: Claro. Claro.

Orador não identificado: Mas não pode ser com prejuízo da organização.

Suzana: Não pode ser com prejuízo. E muito menos... fica meio destoante. Você implantar uma ciclovia e tirar uma árvore. Mas aí é uma visão muito minha, assim.

Orador não identificado: Não. É só para deixar isso bem claro. Que claro. Subprefeitura, ela pode ter (incompreensível) ciclovia, mas tem que ser com planejamento geral.

Suzana: Com planejamento. Com planejamento.

Orador não identificado: Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, a Conselheira Sônia primeiro. Depois a Conselheira Cristina, depois o Conselheiro Azoni.

Cons. Sônia: Eu achei falta da região sul, nesses 50 km. Então não entendo por que a região sul não está contemplada também. Inclusive a Capela do Socorro é na região sul. E aqui no nosso parecer, esses 10 milhões, eles estão para implantação de 40 km, e não 50. Então eu queria esclarecer: são 50 km? Faz uma diferença grande.

Suzana: Então sobre as regiões. Ela não tem, Sônia... é assim, a gente está com a rede de 400 km. Quando a gente foi definir essas questões dessas primeiras ligações, o que nós entendemos? O critério foi: aonde tem já, a demanda, e tem essa sequência. Então a



região sul, ela tem um trabalho que, inclusive, está sendo construído junto com a Capela do Socorro.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mas no parecer...

Suzana: Então ela tem Capela do Socorro, tem Parelheiros. Então a gente tem um conjunto de atividades que a gente está fazendo, inclusive a subprefeitura de Parelheiros está implantando a parte de obras para a gente implantar uma ciclovia lá. Então, o que acontece? A gente faz esse trabalho pareado junto com a subprefeitura. Mas não tem nenhuma região da cidade que não está contemplada. O que tem é que dentro das estratégias de implantação você tem que ver o que tem mais sentido para uma composição. Foi uma definição. Então não quer dizer que as outras não estejam contempladas. Mas foram os critérios que a gente estabeleceu. Porque todas essas conversas são feitas também. Além das subprefeituras, tem a SP Trans... São vários atores envolvidos dentro do processo. Então a gente vai avaliando o que tem mais dificuldade... Às vezes eu vou implantar uma faixa exclusiva. Então a gente tem que ir sempre compatibilizando com a realidade. Não é uma dinâmica exclusiva da CET. Então é por isso que a gente acabou definindo o que ficou mais entendido até pelos elementos, como uma sequência do que a gente está fazendo. Até porque a gente está fazendo a região central, e aí a gente começa também a fazer por região. Então a ideia desses 50 km é de sempre ir compondo essa rede. Mas não está excluída nenhuma região do município. Em relação a ser 50 km, é porque na verdade, é o seguinte: o valor que a gente tem é de 200 mil por km. Então sairia 8 milhões. Então a gente consegue fazer, no caso, 50 km. Então por isso que a gente ampliou o escopo, porque o valor era dez milhões.

Cons. Sônia: Eu tenho só mais duas questões. Uma: eu gostaria de saber qual é a diferença do custo de pintura vermelha... A pintura vermelha é uma questão de segurança, ou é uma questão de padrão obrigatório? Porque eu sei que a pintura vermelha custa muito caro. Então eu queria saber qual é a proporção... Por que a escolha da pintura vermelha, em detrimento da implantação da guia de segurança? E a outra coisa que eu queria colocar, só para depois não voltar mais, é que nessa procura de interligação, com equipamentos, equipamentos esportivos... equipamentos... eu gostaria de chamar a atenção para os equipamentos culturais, que normalmente são esquecidos. E que é importante para a cidade, colocá-los dentro dessa interligação toda. Obrigada.

Suzana: Bom, em relação à questão de pintura, na verdade, o segregador... quando você coloca uma estrutura física, você acaba encarecendo, pelo fato de que não é simplesmente você colocar a estrutura. Você tem que fazer o recorte do pavimento, tudo. Então ele não... Nem se compara em relação ao valor. A pintura vermelha foi por questão de segurança, sim. Entendeu? O que aconteceu? Foi implantada sinalização horizontal, sinalização vertical. Você coloca aqui, de fiscalização, porém os próprios veículos... a gente chegou a... dentro da fiscalização, havia ambulância. E falou: não, mas eu... está lá. A placa está. Você tem o que regulamenta a sinalização horizontal e vertical. O que estabelece pelo CONTRAN, a pintura, quando for feita, tem que ser vermelha. Então esse é um ponto que você não escapa. Então, dentro do conceito anterior, a gente queria deixar algo mais... até menos forte. Mas o que acontece? Tem a questão ainda, nossa, talvez, até um pouco cultural, de enxergar. Eu consigo identificar? Então a gente percebeu que isso está criando uma identidade. Na região central que a gente vai ampliando, ele vai criando uma identidade. E a outra observação sua, sobre a cultura, a gente sim, falou com a Secretaria da Cultura, assim como a Secretaria da Educação. Então eles têm, na verdade... a gente fez uma proposta de trabalhar alguns modelos para CEUs. CEUs específicos. Vão começar com projeto dentro de um CEU. Então essa atividade é da Secretaria de Educação. Mas claro que a gente sempre trabalha, porque a gente quer o mesmo objetivo. E assim, da mesma forma, a Secretaria da Cultura. Então eles entraram em contato conosco. Até eles queriam, pensaram em colocar sistema de bicicleta compartilhada. Então a gente está querendo exatamente trabalhar nesse sentido. De que tenha a conexão com todos os elementos que fazem parte da estrutura.



Cons. Azoni: Bom dia. Azoni. Eu queria fazer só algumas ressalvas. E faço ainda... Relembro o que eu falei na reunião passada sobre as ciclofaixas. Que fosse dada uma atenção especial nas áreas de comércio. Tentar fazer o projeto igual da Cásper Líbero, que ficou muito bom. Nós não somos contra, mas assim, a eliminação de vagas hoje, é uma questão que está prejudicando muito o comércio. Então como a minha base é a Associação Comercial, eu gostaria só que fosse dada uma atenção especial, principalmente nessas áreas de comércio. Outro ponto, que nos conselhos participativos, nós estamos escolhendo as metas e uma das metas que eles queriam colocar era justamente a dos 400 km. E eu, em vista de estar participando aqui, eu falei para eles que não tinha necessidade por causa da implantação que já estava sendo feita. Então a região lá da Vila Mariana, a sub da Vila Mariana, ela é muito aberta à implantação da ciclofaixa. É uma exigência deles. Então só para vocês saberem que lá está... tem uma aceitação muito grande. Era uma exigência do conselho participativo. Eu falei: não, não precisa votar essa meta, porque já está sendo implantada. Certo? Então era só isso. Eu queria agradecer e pedir a desculpa da minha ausência. Mas como eu tinha, já, me manifestado, da outra vez, a favor, então eu deixo até que meu voto seria favorável ao uso da verba.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Seu suplente vai assumir o seu lugar. Obrigado, Azoni. Com a Maria Cristina, por gentileza, com a palavra.

Maria Cristina: Posso só, Damasceno, fazer a colocação aqui?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não. Pois não.

Maria Cristina: Em relação à própria subprefeitura da Vila Mariana, tudo que a gente construiu, inclusive o trecho que a gente vai implantar, é dentro da subprefeitura, grande trecho é lá. E eles, na verdade, a gente construiu junto. O pessoal é superatuante, superparticipativo, também, da subprefeitura. Isso eu acho que é bem interessante. E uma preocupação que a gente tem, realmente, é a questão de vaga, mas a da carga e descarga. Essa é uma questão que a gente está... a região central, por exemplo, é uma região forte, e que a gente está analisando. Inclusive, bolsões. Por questão de entender que a dinâmica... existe uma dinâmica que tem que ser respeitada. Então só para colocar. Claro que a gente está sempre aberta, e pode errar. Você sabe que...

Cons. Azoni: É. Inclusive, essa semana eu estive na Associação Comercial, e nós temos uma comissão de política urbana. Então a ideia que nós estamos trabalhando, inclusive eu já estou em conversa com vocês, é justamente que a rejeição sempre tem. Então nós estamos pensando de sair um pouco mais na frente. Tentar saber os locais de implantação, para que nós, com as nossas 15 distritais, consigamos fazer um trabalho preventivo, para ter aceitação. Então a gente já está conversando, então, já para ter aceitação das ciclofaixas nas áreas de comércio.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado. Com a palavra, Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, SAJAP. Eu quero reiterar o que o Azoni falou. Era uma preocupação também das Associações, com relação a acesso aos comércios. Mas não só os comércios. Quer dizer, tem regiões que têm escolas, que têm pronto-socorro, que têm unidades, inclusive, da prefeitura, então precisa ver como é que isso vai ser articulado. Aliás, Suzana, da outra vez que você esteve aqui, a gente teve a sorte de calhar com você aí quando o subprefeito veio. E o subprefeito fez a apresentação do projeto. Depois disso eu fui informada que a CET está trabalhando já com a subprefeitura. Ou, como você falou, com todos os órgãos, para fazer a implantação. Mas essa semana saiu uma matéria naquele Tudo Normal, mostrando que estão pavimentando a Alexandre Dumas, ou algumas ruas lá da Chácara Santo Antônio, pavimentando por cima do paralelepípedo, e fazendo um serviço, convenhamos, muito pior do que meia-boca. Porque eles pavimentaram o que vai ser a ciclovia, e deixaram o paralelo, inclusive com dente, para justificar, dizendo que isso daqui foi só... vai ser pavimentado tudo. Mas essa pavimentação está sendo feita em cima de paralelo. E a gente sabe que paralelepípedo não é a sustentação correta para circulação de veículos. A ciclofaixa vai aguentar. Mas os veículos, não. Então a gente vai ter, uma questão de tempo, a gente vai ter realmente, um desnível de um lado para o outro. Isso daqui é



perigoso não só para os motoristas, mas para os ciclistas, também. Então, uma atenção que eu acho que tem que ser dada, é a como estão sendo feitas essas faixas. Eu sei que a SPTrans, particularmente, está tendo cuidado com a implantação das faixas de ônibus lá na Adolfo Pinheiro, está sendo (incompreensível) preparada com piso de concreto, porque já se sabe que não adianta fazer um asfaltamento comum. A ciclofaixa também tem que considerar essa situação. Está sendo implantada em bairros que são consolidados. Quer dizer, é um uso novo em bairros consolidados. Então isso daqui é uma das questões. Outra questão é para os próprios moradores. O Azoni colocou essa posição da Associação Comercial que tem infraestrutura, inclusive de Recursos Humanos, para fazer esse trabalho junto aos comerciantes. É uma entidade exclusiva para esse fim. Os moradores não têm essa mesma facilidade. Então eu entendo que tem que ter um trabalho de comunicação social, comunicação com os moradores, para prevenir. Porque senão, isso daqui, realmente, agrava a rejeição que, como o Azoni falou, existe. Por mais que a gente apoie, existe essa rejeição. A outra coisa... bom, isso que a Sônia falou da segregação, a gente já colocou da outra vez. Em outros lugares, em outras cidades, a gente já discutiu isso anteriormente. A segregação é feita sim, com uma guia, e isso passa a interpretação de que ao lado da guia você possa parar o carro. Então não sei como é que vocês vão lidar com isso. Realmente estão tirando uma faixa de rolamento, mas vão tirar as zonas azuis. Eu devo dizer, Luis, que o Secretário foi extremamente inábil, pelo menos foi o que foi comunicado pelos meios de comunicação, quando ele chegou em um lugar onde implantou a ciclofaixa e os comerciantes protestaram, porque estavam perdendo acesso, e reclamando que não tinham sido sequer comunicados. Eu estou vendendo o peixe do jeito que eu recebi. Saiu no jornal e na televisão. Ele falou assim: está bom. Está comunicado e pronto. Vamos tirar a zona azul, e vamos priorizar a ciclovia. Eu estou colocando isso porque é uma postura extremamente antipática. E não agrega nada, em termos de apoio da sociedade civil. Outra coisa que eu quero saber, Suzana, é o que vai acontecer com essas ciclovias de fim de semana. Elas vão ser permanentes? Então, por exemplo, na República do Líbano, na Alvarenga, essas ciclovias vão ser permanentes? Porque a imagem visual é a mesma. E a gente sabe que têm algumas... Hoje, as que existem, são só de final de semana. Então eu queria saber como é que vai ser essa comunicação. Eu queria saber qual é a contrapartida da SPTrans para esse projeto. Porque a gente aprovou aqui, são 10 milhões esse ano, mas o Secretário, já naquela reunião, ele falou assim: não, são 400 km a 200 mil. Mas o compromisso do FEMA é, para este ano, 10 milhões. Agora, ele manifestou que não. Que a gente está aprovando os 80 milhões. Pois é. Só que no ano que vem vão pedir mais 10. E o outro ano mais 10. Como é que isso vai ser? Eu quero saber qual é a contrapartida, já, nesses 10 milhões. Se a gente está aprovando 40 km, ou 50, já está sendo só dinheiro do FEMA. Eu quero saber qual é a contrapartida nesse primeiro trecho, da SPTrans. Outra coisa, no início, você colocou ali... Por exemplo, me chamou a atenção o trecho da Pamplona. Nesses trechos estão previstos aqueles pontos de retirada de bicicleta? Porque se eu preciso de bicicleta, até certo local, para aí entrar na ciclofaixa, na ciclovia, eu corro o risco, até chegar lá. Eu estou falando com a ótica dos cicloativistas. Então queria saber se estão previstos... essas parceiras estão previstas para esses início e fim de ciclofaixa. E essa questão que a Sônia colocou, da região sul. Você diz que vocês estão colocando uma prioridade, e o que faz todo sentido. Mas já estão começando a pintar as faixas lá na região sul. Nessa obra mesmo que eu falei, está lá...

Suzana: (fala sem microfone) mas é a contrapartida. (incompreensível). A gente tem a meta desse ano, de 200 km. Então só em um contexto geral, a gente tem a meta, esse ano, de 200 km. Então a gente já começou. É que nem a região central. Estamos fazendo a região central, estamos fazendo... A gente está fazendo um encadeamento, que é a rede. Então esse que está aqui, específico, é o específico de 50 km. Mas nós temos a meta, para este ano, de 200 km.

Cons. Cristina Antunes: Então isso que você falou, a região sul não consta no seu quadro, mas as obras que já estão acontecendo e que são feitas pela subprefeitura...



Suzana: Não, não. O recurso que tem das obras... Quando é obra civil, vou dar um exemplo: Cruzeiro do Sul. A obra física foi feita pela subprefeitura, e a sinalização foi feita pela CET. Quando é o nosso padrão da pista, que a gente está colocando, ele é da CET, integralmente. Então nós estamos fazendo já, em algumas regiões da cidade, outras... trajetos que são complementares ao que a gente tem. É uma rede. Então ele já tem em algumas regiões da cidade. Então aqui a gente vê um trecho que pega a Ermelino Matarazzo, mas a gente já tem a sequência de Ermelino... Na verdade é o anterior de Ermelino Matarazzo, que faz a conexão dos trens, que ele já tem... que está sendo executado, o projeto. Não está ainda, em implantação. Então a gente tem essa sequência. E aí uma parte que é essa, que a CET está desenvolvendo. Então ela desenvolve projeto e faz a implantação. E aí, o que nós estamos tratando aqui são 10 milhões, que equivale a 50 km.

Cons. Cristina Antunes: Mas então, só para eu entender melhor, a região sul não está lá, mas está sendo feito com que verba?

Suzana: Isso. Nossa. Da Secretaria.

Cons. Cristina Antunes: Que não está contemplada nesses 10 milhões?

Suzana: Não está contemplada nesses 10 milhões. Tudo que está sendo implantado, ele é a verba da CET.

Cons. Cristina Antunes: E a previsão para a região sul, que você diz... está bom, está dentro da previsão deste ano, é para este ano?

Suzana: Para este ano. A gente tem todas as regiões esse ano. Porém, 200 km, ele é muito pouco. Você vai falar: ah, quanto vai ter, é pouco. Se pensar 200 km, mas a gente contempla todas as regiões. E a prioridade é sempre a conexão intermodal. Então a prioridade em todo o processo. A questão das estações de bicicletas, elas estão contempladas. Mas sempre respeitando as áreas que estão definidas já no convênio. Então a gente tem... No caso do centro, a gente está fazendo a estrutura, e a estação, ela fica próximo da própria estrutura. Exatamente para ter essa conexão da pessoa que não vai usar a própria bicicleta. Mas a gente sempre tem que respeitar as áreas do convênio. Em relação às ciclofaixas de lazer, o que acontece? O primeiro trecho que a gente implantou, a gente implantou a estrutura, sempre com olhar de transporte, mantivemos, na mesma via, a ciclofaixa de lazer. Mantivemos na mesma via. Então a gente teve o entendimento, até junto com... dentro do convênio que nós conversamos: ah, vai mudar tal... Não. A gente entendeu que têm algumas coisas que estão consolidadas, e que a gente falou: não, vamos manter. O que acontece no domingo? A operação se mantém. O perfil de usuário, a gente ainda não tem uma preparação. No domingo vai uma mãe com uma criança. Certo? Essa pessoa, ela tem que ter... é uma estrutura diferente do que a gente está falando para transporte, que no futuro, a gente pode chegar a essa demanda. Mas hoje a gente não está ainda, preparado. Então ela se mantém. É claro que à medida que a gente vai implantando, a gente vai ter que reavaliar traçado, vamos ter que reavaliar em alguns casos. Mas no caso do centro, a gente manteve no mesmo local. Só que com uma operação.

Cons. Cristina Antunes: Agora, Suzana, a comunicação visual é a mesma. Então como é que as pessoas vão identificar, por exemplo, se na Chácara Santo Antônio, brevemente, haverá faixas que são para ser usadas todos os dias, com a mesma sinalização... sinalização não porque tenha placa de... é até possível que tenha placa. Mas a comunicação visual básica é a faixa vermelha. Então por exemplo, na Água Espraiada... Água Espraiada tem a faixa pintada, que todo mundo sabe que durante a semana, você pode andar em cima dela. Isso aqui não vai criar uma ambiguidade que bota em risco a própria operação, por exemplo, tanto para os motoristas quanto para os ciclistas. Um ciclista, de repente, chega lá e acha: aqui é faixa, porque faixa é vermelha. Então eu posso andar aqui. E vai ter um conflito armado, por conta da comunicação visual. Da mensagem que você passa pelo desenho no piso. Pela cor no piso.

Suzana: O que a gente está fazendo? Todo local que a gente vai implantar, a gente faz três ações. A primeira delas é colocar faixa na rua. Então todo local, ele tem a faixa na rua. Para a pessoa entender que é permanente. A ciclofaixa de lazer, ela tem, inclusive



no piso, a sinalização. Tanto horizontal e vertical. Ela é aos domingos. A partir do momento que a gente implanta a definitiva, a gente tira essa sinalização, porém mantém o assistido. O que é o assistido? É o operador que vai apoiar... Então ele coloca o cone. Põe os cones, distanciando. Ele faz a operação assistida. É diferente. Por que, o que acontece? Tem a questão do semáforo, tem a questão do cruzamento, então ele mantém. Mas já, com a sinalização que ele vai ter. Qual que é a diferença? Ele não tem, durante a semana, o cone e a operação assistida. Mas é uma operação assistida, vamos falar, o contrafluxo no trânsito. Então é uma leitura. E a gente está fazendo, para cada região, e isso por causa do tempo, que a gente está... então como a gente começou com o piloto... e agora a gente está começando... a gente está começando com mapas locais, que a gente entrega em toda comunidade local. Então a gente tem folhetos, eu não tenho nenhum aqui, infelizmente. Mas eu posso até, Damasceno, depois, encaminhar para que veja. Então é um material para que todas as pessoas da região, elas vão se apropriando de qual é o trajeto, e o que significa. Porque muitas vezes a pessoa, por mais que veja a pintura, vermelha, bicicleta, mas ela não sabe se a operação é permanente, se tem algum horário permitido. Por mais que você tenha a placa, a gente sabe. Nem todo mundo é habilitado. Então a gente tem que informar. Então esse é um trabalho que a gente está fazendo paralelo. Então começando bem pequenininho, focando sempre nos locais primeiro, que passam exatamente em frente às implantações. Mas a proposta é sempre a gente abrangendo o maior número possível. Por isso que o papel da subprefeitura também é fundamental. Porque ela tem essa interlocução, então é importante a gente ir construindo. Eu acho que é um processo, mas a gente tem toda essa preocupação, sim.

Cons. Cristina Antunes: E com relação à preocupação do Azoni. Por exemplo, você falou que vocês estão pensando nisso. Qual é a possibilidade? Eu não consigo enxergar... Quer dizer, se passa uma faixa na frente, têm moradores que estão reclamando também, que não vão poder estacionar o carro na porta de casa, na frente de casa. Qual é a alternativa que vocês imaginam para impedir, ou eliminar, ou minimizar esse impacto?

Suzana: Então, quando a gente definiu o padrão bidirecional, ele para a circulação da bicicleta em si, você pergunta para todo ciclista: eu quero uma do lado, uma do outro. Aí, o que acontece? Eu vou tirar o estacionamento dos dois lados. Isso gera um impacto grande. Então dentro do nosso processo, a gente, em raríssimos casos, vai tirar estacionamento dos dois lados. Então como que a gente pensou em minimizar esse impacto? Sempre manter o estacionamento de um lado. Então esse é um ponto. Em vias que são mais largas, a gente faz igual àquele que a gente mostrou. Então ele fica o estacionamento lateral à estrutura. Então cada caso é um caso. No caso específico, tudo a gente vai remanejando. Então mesmo no caso de zona azul, avalia se tem o potencial de remanejamento, onde fica a vaga do deficiente. Onde fica toda essa... Então dentro desse grupo, quando a gente vai definir fisicamente: vamos implantar o que precisa, como coloca... Então a gente tem uma pessoa do DTTP para ver o táxi, tem uma pessoa que vai do zona azul para ver vaga de deficiente, para ver, inclusive, acessibilidade. Então a gente tem toda essa preocupação. Então a gente têm várias pessoas. A SPTrans, por conta de ponto de ônibus, então a gente vê o giro do ônibus, se ele gera risco, não gera risco, então... E a gente vai tentando solucionar essas questões. Eu acho que nesse processo também é uma aprendizagem de como fica a dinâmica da cidade. É uma novidade. Mas a gente tem uma preocupação grande, sim, principalmente nas centralidades comerciais, principalmente nas centralidades comerciais, de analisar aonde remaneja. E aonde tem a questão de residência, a gente busca sempre manter de um lado da via. É natural que seja desconfortável. O pessoal fala: ah, mas está na porta da minha casa. Mas aí entra a questão de que a gente tem que ter o espaço. E na nossa opção, a gente optou por sacrificar uma faixa, ao invés de a gente tirar uma de rolamento, porque, em muitas vias, a gente não tem a estrutura necessária, e daí você vai gerando impactos que geram desgaste que a cidade não está preparada. Não vou nem falar, porque a gente faz, inclusive, esse trabalho, que acho que é muito importante, a gente faz muito com cicloativistas. Então os cicloativistas estão



acompanhando todo o processo. E aí eles vão, eles fazem a sequência, a gente foi ao centro. Eles vão, mandam relatório, ah, vamos discutir ponte, então a gente tem um trabalho muito... Agora está bem estruturado com eles. A gente conseguiu entender quem são as pessoas, de quais regiões eles são, o que eles passam. Então isso é uma coisa que tem sido muito positivo, no sentido da gente conseguir ver diferentes olhares. E eles vão agregando outras pessoas. Porque é o que a gente fala: é importante ter pessoas de todas as regiões. Porque a pessoa, às vezes, vai ao centro, ele não consegue entender o que está acontecendo na zona oeste, ou na zona leste. Então eu acho que isso também é um trabalho positivo, que a gente está conseguindo construir. Então acho que é uma coisa muito bacana.

Cons. Cristina Antunes: Desculpe. Eu acho que é tão fundamental... Desculpe.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só o seguinte, Conselheira. Eu sei que é importante esse debate, esclarecimentos, mas nós temos uma pauta longa, e já são 10h35. Se a gente puder fazer uma pergunta mais rápida, mais objetiva...

Cons. Cristina Antunes: Eu queria saber se continuam as ciclorrotas? E qual que é a forma de comunicação que a gente possa fazer dentro das comunidades. Se vocês têm um material que vocês pudessem passar para a gente, para a gente poder fazer essa divulgação.

Suzana: Bom, sobre as ciclorrotas, a gente mantém. Tudo o que nós temos, a gente mantém. À medida que... Se de repente, tiver um trecho, no caso da Sumaré. Então a gente tem um traçado que a gente vai implantar em que pega trechos da ciclorrota, então ela deixa de ser ciclorrota e ela passa a ser uma ciclovia. E têm trechos que ela permanece uma ciclorrota. Por que o que acontece? O nosso foco agora, são as ligações estruturais. As conexões. E muitos trechos das rotas, elas não são ligações estruturais. Então elas se mantêm como rota, mas não fazem parte dessa ligação estrutural.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Suzana, eu gostaria que você pegasse esse material, encaminhasse para os conselheiros e conselheiras.

Suzana: Perfeito.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza.

Cons. Cristina Antunes: Faltou só saber qual é a contrapartida da SP Trans.

Suzana: É da CET. Então na verdade, é o seguinte: 50 km daqui, são o que a gente está pleiteando junto ao FEMA. 150 km é o que nós vamos executar.

Cons. Cristina Antunes: Este ano?

Suzana: Este ano.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, vamos passar à leitura do parecer técnico para votação. Cláudio, com a palavra.

Cláudio: Cláudio do Nascimento, do FEMA. Vou fazer a leitura do parecer. A proposta, rede estrutural cicloviária para o município de São Paulo, referente à primeira etapa da ciclovia: 50 km. O processo é 2014.0.197.918-8. Proponente: Secretaria Municipal de Transportes. Valor total, R\$ 10.000.000,00. Análise da proposta: trata a presente proposta de solicitação de utilização do recurso do FEMA, para a implantação da rede estrutural cicloviária para o município de São Paulo. Primeira etapa da rede cicloviária: conforme contido no ofício número 095/2014 – Secretaria Municipal de Transportes, gabinete, vide folha 02. A proposta se enquadra nas diretrizes e princípios da política municipal do meio ambiente, no apoio à manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. A presente proposta encontra-se com base na necessidade de incrementar o uso da bicicleta como meio de transporte, atendendo ao paradigma de uma nova política de desenvolvimento urbano, e de transporte, promovendo assim, além da preservação, recuperação ambiental, equidade e justiça social na apropriação do solo e do sistema viário do município. A rede estrutural cicloviária apresenta-se como importante política pública ambiental de transporte, à medida que o espaço necessário para o transporte do mesmo número de pessoas por carro ou ônibus, é significativamente maior do que o necessário, quando é utilizada a bicicleta. Aspectos ambientais, como a melhoria da qualidade do ar, pela redução da emissão dos veículos automotores, e a redução da emissão de gás de efeito estufa, e da poluição sonora,



associada aos benefícios sociais com melhoria na saúde humana, economia financeira, redução de tempo de viagem, ratificam a importância dessa política pública para a população e para o município. Assim, a rede tem por objetivo, a intervenção cicloviária em 400 km de vias municipais, visando incrementar o uso da bicicleta por meio de transporte, contribuindo para a preservação e a recuperação ambiental. Melhor aproveitamento do sistema viário e redução de acidentes em vias de circulação de bicicletas. A presente proposta visa implementar 50 km, referente à primeira etapa da rede estrutural cicloviária do município.

1.1. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se de solicitação da Secretaria Municipal de Transporte, com relação à utilização do recurso do FEMA para implantação da rede estrutural cicloviária no município de São Paulo. O valor total dessa implantação é de R\$ 10.000.000,00, conforme folha 14 do presente processo. Sendo que foi apresentado no cronograma de desembolso inicial, em folha 61 do processo 2014.0.150.320-4, o valor de R\$ 8.000.000,00 para a implantação de 40 km de ciclovia, devendo ser apresentado um novo cronograma. Conforme demonstrativo do saldo da dotação do FEMA, folhas 16, o valor previsto no orçamento, para implantação de ciclovia, ciclofaixas, e ciclorrotas, é de R\$ 10.000.000,00. Os custos das intervenções encontradas e detalhadas em folhas 14 do presente processo, estimando-se um valor de 200 mil por km. E o prazo de implantação é de 45 dias. Enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da política municipal do meio ambiente, do Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA, na legislação ambiental vigente, bem como nas diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos, acrescida pelo CADES. A proposta ora apresentada, se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA, pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e que determina, explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, precipuamente, a apoiar, entre outros, o desenvolvimento de planos e programas e projetos. B. A manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. O CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32, da lei 14.887/2009, e artigo 6º e 35, inciso 1 do decreto 52.153, que estabeleceu por meio da resolução 165/CADES/2014, entre as diretrizes para utilização do recurso do FEMA, apoio ao uso de modalidade não motorizada de transporte, melhoria na qualidade do ar, mudanças climáticas, e apoio ao uso de modalidade alternativa de transporte sustentável. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbices para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão Técnica de Avaliação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Põe a Cristina, por favor.

Cons. Cristina Antunes: A pergunta é para a Bianca. Esse dinheiro está liberado?

Cons. Bianca: SEMPLA, Bianca. Esse dinheiro já teve um pedido de descongelamento. E ele está só esperando aprovação do CONFEMA. Ele só será liberado a partir da aprovação do CONFEMA.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cláudio, põe em aprovação, por favor.

Cláudio: Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis à proposta, permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu agradeço à Suzana e equipe do CET. Muito obrigado. Vamos agora, ao segundo item. Apresentação dos projetos aprovados pelo CONFEMA em 2014, apresentado por DAF. É o Sérgio que vai apresentar? Por gentileza, com a palavra. Sérgio, por gentileza. Sérgio, passe à mesa, por favor, para os conselheiros te verem. Suzana, por gentileza, o Secretário gostaria de falar... Suzana, o Secretário quer falar com você. Esse item agora é do DAF, Sandra. Se você quiser fazer... Antes da... Enquanto o Sérgio abre, Sandra, por gentileza, você, como diretora do DAF, eu gostaria que você explicasse à conselheira Sônia do e-mail que ela passou, quais são os dois itens que ainda vamos ficar faltando atender. Bianca. Só depois da... Pode falar, por favor.



Cons. Bianca: Eu queria saber se vocês vão entregar para a gente, uma tabelinha do que vai ser apresentado. E se não for, se vocês podem providenciar, para imprimir agora, para a gente acompanhar. Porque enxergar é mais difícil, enfim. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Lourdes, pega na mão da... um jogo para cada Conselheiro, por favor. Enquanto isso, Sandra...

Sandra: Oi. Sandra, do DAF. Com relação ao e-mail que a Lourdes nos passou, com algumas dúvidas da Sônia, então têm dois itens que, impossível nós atendermos agora. Um é com relação ao orçamento de 2015. Foram abertos os trabalhos aqui na Secretaria essa semana, em atendimento... até nós já estávamos nos preparando antes. Então não tem como nós atendermos.

Cons. Sônia: Deixa eu só esclarecer. O que eu gostaria é que a gente definisse aqui, no conselho, uma agenda, para que o Conselho pudesse acompanhar a parte que nos cabe, como Conselho, nesse orçamento. Então eu queria que a gente tivesse uma agenda, já prevendo, na pauta das próximas reuniões, porque tem que ser entregue em setembro, para a Câmara, não é isso? A gente está na reunião ordinária de julho. A gente vai ter só a reunião ordinária de agosto, então.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só o seguinte, Sônia. Esse é um assunto que os Conselheiros estão abertos a irem a DAF, com a Sandra, verificarem, opinarem, na elaboração. Se eu o trouxer aqui, como têm pessoas que não fazem parte do Conselho, e abrimos um debate de uma coisa que é pertinente a vocês opinarem. Então eu acho que é marcar com a Sandra para saber o...

Sandra: Não. Eu entendo que é o próprio pessoal de vocês, DPP. Porque na realidade, quem vai inserir os dados é o pessoal do DPP. Nós, como DAF, nós só abrimos... Nós temos um minissistema na Secretaria, que chama SOP. Então é aberto para cada departamento. Cada departamento indica um servidor da divisão. Nós consolidamos. Como nós vamos consolidar o que vier de informação com relação ao FEMA. Mas também, não tem problema nenhum. Pode nos procurar lá, tal, e acho que o Rubens e o Cláudio, lá...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: É. Pode ser. Pode ser...

Sandra: Entendeu? Porque nós só consolidaremos o que for discutido, na realidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Alô, alô... Está horrível esse som, hein? Nós podemos fazer o seguinte, uma sugestão. O Rubens está voltando segunda-feira. Nós marcamos uma reunião dos Conselheiros no FEMA. Vocês opinam. Vamos olhar o que tem especificamente. E depois a gente submete à planilha do DAF. Vocês estão de acordo? Então depois dessa reunião, nós já podemos marcar uma data da semana que vem, e a gente se reúne e faz isso. Estão de acordo, senhores conselheiros? Então está bom.

Sandra: Mas mesmo assim, sintam-se à vontade de ir até lá conosco, que nós vamos procurar atender, à medida do possível.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais algum item, Sandra?

Sandra: Tenho um item.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bianca, só um minutinho para a diretora terminar.

Sandra: E com relação ao outro que você pediu., pelo menos foi repassado, tipo assim, a certeza de que nós vamos alocar todas as "despesas" com relação a manejo e vigilância, na 2710, na Secretaria. Nós estamos fazendo os levantamentos. Com certeza, nós vamos incluir na 2710. Agora, se vão ser aprovados, aí nós também não sabemos. Porque vai passar para a Secretaria, a Secretaria vai submeter para ser aprovado. Entendeu? Então nós entendemos que vai ficar tudo na 2710. E nós vamos inserir tudo na 2710 que é a Secretaria, entendeu? Mas a partir daí, da inserção, nós não sabemos o que vai ser aprovado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina Antunes.

Sandra: Tem todo aquele rito. Mas com certeza, o levantamento que nós estamos fazendo vai ser incluído na 2710.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina Antunes, com a palavra.



Cons. Cristina Antunes: Cristina, SAJAP. A preocupação que acompanha esse nosso pedido de prestação... assim, de informação... não é uma prestação de contas. Informação do status desses projetos é saber, não é questão de ser aprovado. É questão de ser aplicado. Ser executado. Falei certo? Realizado. Porque o que a gente está vendo, é que a gente está aprovando projetos para frente, sem que os anteriores tenham sido aplicados. Nem descongelados foram. Então, com a justificativa aqui no Conselho, de que não, no momento em que for aprovado, que tiver que fazer uma renovação, já terá sido aprovado no CONFEMA. Só que já passaram prazos de renovação do contrato, e o dinheiro não saiu. Então, o serviço, Carlos, me confirme isso, as renovações não foram feitas. Porque o dinheiro continua congelado. Então nós estamos aprovando para frente, nós já temos projetos aprovados com prazo até... sei lá, meados do ano que vem, sendo que os de meados deste ano não foram realizados, executados.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu acho pertinente a sua colocação, mas eu acho que na apresentação que vai ser feita, que vocês pediram, dos projetos, você poderia perguntar. Aí o diretor e a Bianca também poderiam... Bianca, com a palavra, por favor.

Cons. Bianca: SEMPLA, Bianca. Os descongelamentos, eles são feitos através... A gente tem uma reunião, que é da Junta Orçamentária Financeira, que é o JOF, e demora um pouco para passar. O descongelamento de 28 milhões foi entregue na mesa da Secretária ontem. Vai passar hoje de manhã pela JOF, então vai ser descongelado hoje. Então esse dinheiro vai ser descongelado de acordo com o cronograma que passa, de verificação, de contas, a real necessidade. Em relação a... Vai ter um aumento... Eu acho que a questão principal em relação a usar o dinheiro do FEMA, que é uma preocupação, inclusive eu acho que por parte da Secretaria de Planejamento, é a gente conseguir planejar se nós formos usar o dinheiro do FEMA, o quanto. Em relação a usar dinheiro do FEMA para manutenção e vigilância de parque, a gente conseguir planejar o quanto do dinheiro do FEMA vai ser utilizado, para ser planejado. Que inclusive, é a função principal da nossa coordenadoria, é isso. Então eu acho que a grande busca da organização desse orçamento é a gente colocar um tanto para ser utilizado para manutenção e colocar a maior parte dela na Secretaria. Eu acho que é a nossa grande busca para o ano que vem. (fala sem microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos prosseguir a apresentação. Sérgio, com a palavra.

Sérgio: Sérgio, DAF. Eu tenho a apresentação aí. Acho que a cópia já chegou para vocês, da planilha, de como foi a aprovação da CAV, com relação aos processos, aos contratos de manutenção dos parques, de vigilância e manejo. Então nós temos aqui, consumo: 173 milhões já foram aprovados pela CAV para o exercício de 2014. É um valor bem maior do que a necessidade. A nossa necessidade para 2014 é 124 milhões. Mas o que aconteceu? Tiveram algumas aprovações na CAV, que estão em duplicidade. Acho que entrou em análise por duas vezes, então tirando essas duplicidades, tirando uns 15 milhões que estão em duplicidade, mais 33 milhões que são os processos de licitações que demoraram para acontecer. Estavam previstos para começar em junho, maio, não aconteceu. E ainda não aconteceu. Não aconteceu por problema administrativo. Ainda vai acontecer. Então lançamos a previsão para início, alguns 1º de setembro, a maioria. E têm alguns também, tem a projeção para início em outubro. Com isso, o que foi aprovado e não utilizado nesse período, soma 33 milhões. Tirando os 33 milhões, mais a duplicidade, nós temos 123 milhões aprovados ainda, para consumir.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Prossiga, Sérgio.

Sérgio: Agora, consta nessa planilha também, o que está sendo colocado em pauta hoje. Porque já foi aprovado pela CAV. Então Ibirapuera... Está somando aqui também. E aí existe contrato por contrato. Cada processo é um contrato.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Sônia, com a palavra.

Cons. Sônia: Essa planilha é a planilha dos projetos aprovados de manejo e segurança, não é isso?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Todos os contratos.



Sérgio: Isso. Manejo e segurança.

Cons. Sônia: A gente recebeu uma planilha na reunião ordinária anterior, com o orçamento e a disponibilidade por rubrica, que é um resumo. Então se a gente pudesse ter essa planilha atualizada, eu agradeceria. Obrigada.

(fala sem microfone)

Cons. Cristina Antunes: Damasceno, posso fazer uma pergunta...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não, Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Eu queria que você explicasse um pouco melhor essa questão do que foi aprovado, que é a maior do que era preciso, do que foi tirado. Você falou que o que foi aprovado é porque houve alguns em duplicidade. Nós identificamos anteriormente, dois projetos que não tinham sido submetidos à CAV, e alguns que tinham tido empenho a maior do que foi aprovado.

Sérgio: Aconteceu.

Cons. Cristina Antunes: Isso daqui está retificando esses equívocos?

Sérgio: Está. Aonde mostra que... Aqui identifica, esses 124 milhões é a nossa real necessidade hoje, para chegar com os contratos até 31 de dezembro. Do dia 1º de janeiro até 31 de dezembro. 124 milhões é hoje, a nossa necessidade. É muito dinâmico. Talvez amanhã, seja 123 ou 125 por algum motivo. Reajuste de preço, ou pagamentos que não precisaram ser integral, então saiu um pouquinho. Mas hoje, são 124 milhões a nossa necessidade até 31 de dezembro. Sabendo que a gente tem aprovado para 2014, 173 e a nossa necessidade é só 124, nós só vamos utilizar os 124. Dentro de cada processo, se por um acaso tiver uma aprovação maior, ou que tenha feito o empenhamento a maior, já é hora da gente começar a cancelar esse empenhamento a maior. Então volta para a dotação do FEMA. Volta aos cofres do FEMA.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não, Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Eu tenho uma preocupação, como conselheira, de ter aprovado um dinheiro que não era necessário. Eu, como sempre voto contra esses... especificamente esses de manejo, fico muito à cavaleira. Mas eu acho que é uma responsabilidade deste Conselho tomar cuidado com isso. Quer dizer, vem uma avaliação da CAV que diz que precisa 2 X, e a gente precisa X, isso daqui precisa ser apurado. Porque essa responsabilidade cai em cima do Conselho. Que nem o outro lá dizer que o Conselho Gestor da Petrobrás não tem responsabilidade. Tem sim. Então a gente tem que ter cuidado com o que está aprovando. Se a gente está aprovando dinheiro, acreditando no valor que veio da CAV, e esse valor não é necessário... e não é um valor pequeno. A diferença não é pequena. Fora aquelas duas situações que a gente identificou, que o processo não passou pelo conselho, mas foi empenhado. E os outros que foram empenhados a maior, que também é uma coisa estranha, foi a maior do que foi aprovado, então nós estamos aprovando valores dentro do que veio da CAV e que não são necessários.

Sérgio: Não. Mas o empenhamento a maior...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só uma observação. É que quando é feito o empenho, e é feito o valor, antes de passar na CAV é feita a estimativa. Quando passa para a CAV, ela recebe aquele valor. Ela não recalcula tudo. Então têm coisas que, por medida de segurança, que você não pode aprovar depois: olha, teve reajuste. Se aprova aquilo dentro do orçamento, e o que não utiliza, ele é cancelado. Tanto é que foi pertinente o pedido da Conselheira Cristina e Conselheira Sônia, quando pediram que fizesse as planilhas, que fosse transparente. Porque essa transparência é importante e ajudou a verificar que tinham algumas coisas que tinham acertado, que iriam ser acertadas, mas demoraria. Com esse pedido de vocês, sempre lembrando o seguinte: é uma determinação que hoje ele está aqui do meu lado, o Presidente, o Secretário, e que seja tudo transparente e esclarecido. Então, tiveram esses problemas. Então nós trouxemos aos conselheiros e conselheiras, para que a gente resolva esses problemas. Mas pode ficar tranquila que o DAF está em cima desse assunto, principalmente o Secretário. Ele cobra da gente, está bom? Sérgio, por gentileza.



Sérgio: Com relação a empenhos, às vezes empenhado a maior. Às vezes, a autorização pode ter sido feita em um valor, e o empenhamento feito a maior. Nesse caso, é um erro. Isso não pode acontecer. Então erros, a gente faz de tudo para ir corrigindo os erros. O que é muito pequeno os casos que aconteceram dessa maneira. Mas têm alguns valores que foram aprovados e não utilizados totalmente. Por exemplo, o que estão hoje, em licitação. O valor empenhado, fatalmente não vai ser... o valor autorizado não é aquele que vai ser empenhado. Que a gente vai conseguir um preço menor. Então vai ficar uma sobra. Aí passa a ser uma sobra. Então quer dizer, a gente tem aprovado a maior. Tem aprovado a maior, cada caso é um caso do porquê. Nesse caso de licitação, acaba sobrando, e a gente retorna isso daí. Às vezes tem autorização, e a demora da licitação, também nesse caso que está em uma coluna aqui, a demora para acontecer a licitação também vai fazer com que a gente não utilize o empenho na totalidade que foi aprovado. Então casos e casos.

Cons. Sônia: Eu gostaria de fazer só uma pergunta sobre o congelamento. Esses valores que estão empenhados estão todos descongelados?

Sérgio: Sim, tem que estar descongelado para que possa ser empenhado.

Cons. Sônia: Está ok. O que está reservado têm algumas coisas ainda congeladas?

Sérgio: Não. Tudo... O que está congelado, a gente não pode mexer. A gente só vai poder fazer a reserva a partir do momento que ele for descongelado. Aí depois, a gente faz o empenhamento.

Cons. Cristina Antunes: Eu queria pedir então ao Carlos para a gente ter uma visão do que... desses processos que estão em licitação, qual é o horizonte que a gente tem para aplicação efetiva desses recursos? Por favor.

Carlos: Carlos Cavalcanti, DEPAVE. Conforme a própria Bianca citou, esse descongelamento de 28 milhões, essa semana, com certeza, isso está liberado para a gente. Nós temos já... os processos de licitação, todos estão em DAF. E eles só não puderam progredir devido a esse problema de descongelamento. Então vai ter um trabalho insano a partir dessa próxima semana, Sandra, para botar tudo na rua. Botar tudo na rua. E a gente... se não tiver nenhum questionamento por parte dos licitantes, imagino que em 45 dias... que têm 30 dias para análise, abertura, pregão, pregão é um negócio mais ágil. Então em 45, 60 dias, se Deus quiser, nós estamos regularizados. O maior ansioso por tudo isso sou eu. Obrigado.

Cons. Bianca: SEMPLA, Bianca. Eu só queria enfatizar que o pedido só chegou lá para a JOF ontem, no caso. E que a gente estava negociando para contratos emergenciais, que fosse feito o cancelamento de empenho de alguma coisa que seria usada futuramente, para usar os emergenciais. Então só para não parecer que SEMPLA está segurando dinheiro, mas o pedido tem que chegar para a gente liberar. E a gente tinha um acordo que enquanto isso não acontecesse, porque isso requeria uma série de reuniões, que todo mundo sabe que elas são necessárias, que fosse sendo feito o processo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Antes... Pois não, Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Você é culpada de tudo, Bianca. Toda vez que você vem aqui... Eu não sei se a gente tem ainda, outros esclarecimentos, Luis. Mas o que eu ia propor é o seguinte: a gente tem que analisar com calma essa planilha, então eu ia sugerir que, uma vez apresentada a planilha, que a gente tenha agora, até a próxima reunião, para fazer... e talvez a gente pudesse fazer isso como rotina. Porque senão, a gente toma muito tempo aqui até entender tudo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não. Pode ser. Não. Podemos fazer assim, e qualquer sugestão, vocês têm o e-mail do DAF, da diretora e o do Sérgio. Vocês podem passar solicitando, que serão atendidos.

Cons. Cristina Antunes: O importante é que nós estamos recebendo isso, que nos dá condição de fazer essa análise. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não. Agora, antes de dar continuidade, só o Secretário vai se ausentar. Ele quer falar com vocês.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Eu vou precisar me retirar. Obrigado mais uma vez, pelo comparecimento. Bom final de trabalho aí, para todos.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Sérgio, mais alguma... Sandra, quer falar mais alguma coisa?

Sandra: Não. Eu só ia falar... Você falou da preocupação de que é aprovado a mais. Só para terminar, por exemplo, com relação à vigilância, tem uma licitação hoje, tem outra segunda, na terça, nós vamos **deflagrar** a sete, depois tem mais cinco. Então teoricamente, vigilância agora, acabou, não vai ter mais postergação, entendeu? E esses valores que são cancelados, na realidade é assim: todas estavam previstas para 1º de abril. E por vários N motivos, agora elas foram postergadas e agora, a previsão de início dos serviços prestados é 1º de setembro, com todas elas ocorrendo agora, desde que não haja impugnação nenhuma.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: SEMPLA, com a palavra. Bianca.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Acho que é importante a gente falar aqui que eu tenho tido algumas conversas com a chefe de gabinete, e a maioria dessas licitações serão por pregão eletrônico, o que traz uma transparência muito importante à renovação desses contratos, e o ajustamento. É um processo muito legal, porque abre para o país inteiro. Você abre uma concorrência muito maior. Então assim, a gente vai poder ter qualidade de contratos melhores, o que é muito bacana. Só para colocar nesse processo, que eu acho legal.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado pelo esclarecimento. Quanto ao assunto do segundo item, todos os Conselheiros concordam que a solicitação da Cristina Antunes seja cumprida? Vocês já receberam, vamos estudar, e está livre o acesso à diretoria DAF para esclarecimentos. Obrigado, Sérgio. Obrigado, Sandra. Vamos continuar a ordem do dia. Terceiro item: apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual do serviço de vigilância patrimonial desarmada para o parque do grupo Ibirapuera. Com a palavra...

Cons. Cristina Antunes: Desculpa, Luis.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não.

Cons. Cristina Antunes: Eu quero fazer um pedido ao Conselho.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não.

Cons. Cristina Antunes: Se a gente pode inverter a ordem... e lógico, à presidência da mesa. Se a gente pode inverter esses itens que têm a ver com a aprovação de manejo, prestação de serviços de manejo e falar logo dos ecopontos. Por dois motivos: primeiro, porque também está... o pessoal do ecoponto, a Salete acabou de sair. Mas porque eu, por interesse meu, porque eu tenho que sair antes, e os manejos para mim, eu realmente sempre vou votar contra. Agora isso daqui, eu acho que é importante a gente avaliar junto com eles.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Todos os Conselheiros estão de acordo com a solicitação da Conselheira Cristina? Então será invertido, de acordo com a sua solicitação.

Cons. Cristina Antunes: Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Passaremos à aprovação, então, dos ecopontos, que é o item 8, 9 e 10. Apreciação do ecoponto Jabaquara. Até logo. Obrigado, Secretário.

Cons. Cristina Antunes: Enquanto a Salete não chega, eu quero reportar que ontem nós tivemos a visita do Silvano com a equipe dele. A Salete esteve lá, inclusive. E eu preciso registrar a atenção que está sendo dada pela equipe da AMLURB às demandas com relação aos ecopontos. O horizonte é extremamente promissor. Então acho que eu quero, inclusive, estar aqui para essa votação, porque eu vou votar a favor com muito gosto.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O Silvano, além de parceiro, ele é atencioso. A Salete e a equipe toda tem dado a maior atenção às solicitações da Secretaria, e somos parceiros. Não era de se esperar outra postura do Silvano. Cláudio, vamos lendo que a Salete vem. E aí ela responde. Ela está atendendo o presidente da AMLURB no telefone.



Cláudio: Então vamos fazer a leitura técnica do parecer técnico. O projeto é a implantação de ecoponto de entrega voluntária, ecoponto Jabaquara, com a finalidade de recebimento voluntário de resíduos da construção civil, objetos volumosos da subprefeitura Jabaquara. O processo é 2014.0.147.681-0. Proponente é a Secretaria Municipal de Serviços, AMLURB. O valor de R\$ 235.267,98. Análise da proposta e avaliação da proposta: a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, AMLURB, solicita a análise da proposta de implantação de ecoponto de entrega voluntária denominado ecoponto Jabaquara, localizado na Travessa Jupatis esquina com a Rua General de Carvalho, distrito do Jabaquara. A proposta vem acompanhada do ofício número 252/SP-JA/GAB/14, da subprefeitura do Jabaquara, que disponibiliza a área municipal sob folhas de 2 a 3, dando formalidade à legislação vigente, que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA/CTLU/103/2008. Sob folhas 21 a 29 consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. Os custos da obra foram baseados na planilha de EDIF, folhas 30 a 35. Em folhas 43 a 48, segue a apresentação realizada na reunião da plenária do CONFEMA, no dia 28/3/2014, referente à ampliação dos ecopontos na cidade de São Paulo. Em folhas 42 segue juntada a previsão orçamentária de desembolso para a meta de 2014. O enquadramento: a proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, SVMA, que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, precipuamente, a apoiar planos, programas e projetos que visem entre outros, a manutenção, melhoria, e/ou a recuperação da qualidade ambiental. A proposta está amparada nas metas de lei das mudanças do clima, número 14, da lei número 14.933/2009. Enquadramento nas estratégias de ação recomendadas: segundo a resolução número 165/ CADES/2014, de 11 de fevereiro de 2014, que trata da diretriz anual da utilização dos recursos do FEMA, nos termos do artigo 8, inciso 1, e do decreto 41.713, de 25 de fevereiro de 2002, observamos que a presente proposta se enquadra nas diretrizes. A. Apoio à política de implantação de ecopontos de reciclagem, reutilização, redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Análise econômica e orçamentária da proposta: o custo para implantação do ecoponto está baseado na tabela de EDIF, sob folhas número 30 a 35, sendo estimado R\$ 235.267,98, com o cronograma de desembolso para o presente exercício. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização do recurso do FEMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão de Avaliação Técnica da CAV. Em votação. Os Conselheiros que aprovam o uso do recurso...

Cons. Cristina Antunes: Espera um pouquinho. Eu queria fazer uma pergunta para a Salete. Outra vez, a questão da contrapartida. Oi, Salete.

Salete: Bom dia.

Cons. Cristina Antunes: Na verdade, é uma questão que eu coloco recorrentemente. Qual é a contrapartida desta Secretaria para essas intervenções? Não tem nenhum questionamento, nunca, sobre a implantação de ecopontos e a importância disso em termos de meio ambiente. Mas eu entendo que o Fundo não tem que bancar tudo. Então eu quero saber qual é a contrapartida. Qual é a parte que vai caber à AMLURB ou à Secretaria de Serviços.

Salete: Bom, Salete da AMLURB. Bom dia para todo mundo. Este ano, nós tínhamos já, implantado os ecopontos... mais ou menos 59 até 2013. 2013 mais 18. Estamos padronizando todos os ecopontos antigos que estão precisando de manutenção qualificada, nova sinalização, nesse nosso novo plano de rede de ecopontos. Eu acho que entraria aí, por contrapartida. 2015, que eu tenho visto vocês preocupados, nós também, não teria a informação aqui, agora. Mas 2014 foi isso. Porque acreditamos que os pontos



de ecopontos... quer dizer, os ecopontos devam ser mais vistos pela população de forma simpática e atrativa para poder cumprir o seu objetivo.

Cons. Sônia: Oi. É Sônia, Morro do Querosene. O final de semana retrasado, eu estive no Jardim Jaqueline, que é na subprefeitura do Butantã, e o ecoponto ali, que fica próximo, estava entulhado de material e fechado. Quer dizer, eu queria entender em que parte dessa recuperação que você está falando e de revisão e tal... Se vocês têm achado esse tipo de dificuldade. Quer dizer, um ecoponto existente, mas que está com dificuldade de escoamento e de usinagem, enfim.

Salete: Não. Não é natural estar fechado. Não é a orientação. O contrato fica em horário expandido, de 2ª a sábado, das 6h00 às 22h00, se eu não me engano. E domingo, das 8h00 às 20h00, eu posso corrigir depois. Então não é fechado. Não é para estar fechado. E é motivo de fiscalização, e vou procurar saber. Nós temos as concessionárias. A concessionária SOMA, Contrato, e Inova. Esses horários que devam estar abertos para a população, têm que estar. Então não é normal, não. Vou verificar, Sônia.

Cons. Ivo: Bom dia a todos e a todas. Ivo, Secretaria do Verde, respondendo pela Secretaria. Minha parceria de vida, Salete. A gente tem angústia, porque o povo... no José Bonifácio está para ser implantado um ecoponto. E o pessoal está resistente. Não está querendo aceitar essa implementação no local. Naquele local determinado. Achando que vai causar um impacto que não existe. Você colocou bem. Porque o nosso ecoponto, da Osvaldo Vale Cordeiro é um modelo. É um modelo que a cidade... zona sul pode ir lá ver, e sair satisfeito. Porque é um trabalho muito bem feito. Agora, como é que a gente vai conseguir... O subprefeito estava falando comigo em uma reunião lá, semana passada, como é que a gente vai conseguir quebrar essa resistência, sendo que ele é tão necessário para a cidade?

Salete: Bom, primeiro eu acho que resistência... As pessoas resistem muito até ela entender qual é o assunto. Primeira questão. Então eu acho aí, como a prefeitura como um todo, deu para ver agora na ciclovia. Quanto mais informação, mais um vínculo de conversa muito franca, vai quebrando as resistências. Nós, da AMLURB, acreditamos que na história teve pouca fala, pouca conversa com a comunidade. Tanto da importância e o que é um ecoponto, na verdade. Ainda hoje, a gente ouve falar assim: ah, vai abrir um lixão. E aí, você vai para lá, reúne a comunidade, e nós nos colocamos sempre à disposição, para fazer reuniões. Isso é extremamente importante. Ouvir bastante. Ver qual é o conflito, quebrar o conflito, visitar alguns ecopontos do entorno, e tentar fazer o projeto mais integrado. Isso em termos de projeto. Em termos de gestão, estamos trabalhando. Ainda não tem uma visão final. Mas da gestão ser compartilhada, ou seja, ter representante também da comunidade, para nos ajudar. Não na obrigação de fiscalização. Não é obrigação. Mas estar junto. Deixar escancarado os conflitos, para que possa resolver. Porque cada ponto da cidade tem suas especificidades e não dá para a gente ter essa riqueza de detalhes. No final do projeto. Acho que vai dar certo. Mas José Bonifácio é um que entra ainda este ano. Extremamente importante aquela região, que não conta com nenhum ecoponto. Então está aí, à disposição. Pode marcar. Nós estamos indo lá. Esse ainda não está. É o último a ser projetado para essa verba ainda, prevista aqui.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, Bianca, depois a Cristina Antunes.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Eu, como conselheira de SEMPLA, eu sou coordenadora do monitoramento do Verde, e também da subprefeitura e também de Serviços. Tenho contato direto com a Salete para tentar resolver vários problemas. E como faço essa conexão entre as subprefeituras, Ivo, e tenho interesse que os ecopontos funcionem, eu posso até ajudar a intermediar. Posso entrar em contato com o subprefeito. Qual que é a subprefeitura?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ivo, por gentileza. Deixa só a sua colega falar, depois você fala.



Cons. Bianca: Não. Só para colocar que se você também quiser falar comigo, com a Salete, a gente ajuda. A gente é parceira para fazer esse projeto dar certo. E sempre no âmbito de esclarecer o máximo possível, dar o máximo de informação.

Cons. Ivo: Então eu coloquei como proposta para o subprefeito, que aliás era... até então, estava o subsecretário, que agora ficou chefe de gabinete, subsecretário da Secretaria de Subprefeituras, ele que estava como subprefeito, eu coloquei como proposta a ele, que pegasse a comunidade, colocasse em uma van e levasse para ver o Osvaldo Vale Cordeiro, que é um modelo, realmente. Que eu tive o empenho de trabalhar dois anos e meio, até que fosse implantado. Então é uma satisfação que a gente vai falar. É uma cria da gente. E todo dia eu passo lá, converso com o pessoal. E realmente, o resultado está sendo excelente. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina Antunes, por gentileza.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, SAJAP. Eu quero dar uma informação e um testemunho. O ecoponto lá da Vicente Rao teve uma enorme resistência no começo. E uma população de classe média, classe média alta, que achava exatamente isso. Nós vamos ter um lixão aqui. Por que a prefeitura não dá conta de cuidar? Então existe um histórico ruim, de desempenho da prefeitura, e existe, vou colocar uma "arrogância" da população, que não quer esse serviço. As Associações se empenharam muito nisso, e tivemos sim, problemas. Tivemos problemas de gestão, tivemos problemas de ocupação. Uso político do lugar. Tivemos um monte de problemas. Ontem a gente relatou tudo lá para o Silvano e a equipe dele. Agora, quando isso foi colocado no CADES, eu questioneei, e eu coloquei aqui também no CONFEMA, isso daqui... que a gente poderia aprovar verba para ecopontos, desde que a gestão mudasse. E é isso que a gente está vendo. Nós estamos vendo que tem, realmente, uma atitude diferente com relação à gestão dos ecopontos. Essa possibilidade de coparticipação, nem sei se vai ser gestão, cogestão. Mas uma coparticipação no espaço, inclusive na implantação do espaço. Eu acho que é extremamente promissor, merece toda confiança. Porque a gente está vendo que tem uma atitude diferente dentro da AMLURB. E eu quero casar isso com o que foi colocado no CADES, Damasceno, pelo Helgis, da disposição do novo planejamento lá da UMAPAZ, que incluiu dois itens que são fundamentais: projetos e pesquisa. Então os ecopontos são lugares absolutamente adequados para desenvolver projetos. E projetos ambientais que envolvem a comunidade. E para isso, a gente precisa ter editais aqui no CONFEMA, no FEMA, que contemplem esses projetos novamente. E isso daqui, eu estou colocando como uma solicitação muito enfática. Porque a gente passou dois anos sem ter edital. Quando sai um edital, não contempla esse tipo de ação, que as comunidades locais possam desenvolver. Eu espero que a gente consiga, junto com o Helgis, reformular essa lógica dos editais aqui no CONFEMA. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Inclusive, como complemento a você, Cristina, a Secretaria do Verde terminou a revisão do PAX da AMLURB, do Silvano. Ele, como é uma pessoa fantástica, ele foi o responsável pela lei de âmbito federal. Ele apresentou um trabalho e nós fizemos algumas considerações. Ele, como uma pessoa de visão, ele aceitou que a Comissão da Secretaria do Verde, os técnicos, inclusive da UMAPAZ, participassem. Terminamos agora, vamos chama-lo a semana que vem, para apresentar o trabalho dele, para ver se ele está de acordo com o que foi proposto. E nós estamos fazendo essa parceria de visibilidade e educação ambiental. Está sendo feita com carinho. Eu, antes de passar à votação, eu queria também pedir aos Conselheiros, como os outros dois ecopontos, o escopo da proposta é a mesma, que a gente só lesse o inicial, e a conclusão, certo? Com a palavra, você, para votação, Cláudio.

Cláudio: Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. O parecer técnico é a implantação de ponto de entrega voluntária ecoponto Cidade Líder, com a finalidade de recebimento voluntário de resíduos da construção civil, e objetos volumosos. LP. O processo 2014.0.127.928-3. Proponente é a Secretaria Municipal de Serviços, AMLURB. Valor: R\$ 244.464,77. Análise da proposta: a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, AMLURB, solicita a análise da proposta de implantação de ponto de entrega voluntária denominado ecoponto Cidade



Líder, localizado à rua Charles Manguin, e Quintino da Cunha, distrito de Itaquera. A proposta vem acompanhada do ofício 019/SP-IQ/GAB/13, da subprefeitura de Itaquera, que disponibiliza a área municipal, sob folhas de 2 a 3, dando formalidade à legislação vigente, que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA/CTLU/103/2008. Sob folhas 35 a 38, consta o memorial descritivo, e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. Os custos da obra foram baseados na planilha de custos de EDIF, folhas 29 a 34. Em folhas 42 a 47, segue a apresentação realizada na reunião plenária ordinária do CONFEMA, dia 28/3/2014 referente à ampliação dos ecopontos na cidade de São Paulo. Em folhas 41, segue juntada a previsão orçamentária de desembolso para a meta de 2014. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Conselheiro Ivo?

Cons. Ivo: É curioso que... Me surpreendeu o local. Porque esse local, eu havia indicado para a Saúde, que é uma área de 5 mil metros aproximadamente, que é da prefeitura, próximo ao shopping Aricanduva. Aliás, uma correção. É Rua Charles Manguin. É Quintino da Cunha. Quintino. É só uma correção aqui na... por favor. É Charles Manguin, e Quintino... Quintino da Cunha. E me surpreendeu, porque eu estive com o engenheiro da SIURB lá, e parece-me que a gente, conversando... porque o pessoal da Saúde pediu para mim acompanhá-los na época que a gente... o ano passado, porque a gente estava tocando a conferência, para fazer uma vistoria no bairro, para localizar um lugar para colocar um CRAS. E eu fiz esse roteiro com eles, e eles se encantaram com o local. E eu pensei que esse local estava sendo contemplado com um equipamento de Saúde, mas considerando que ali é um ponto viciado, como nós temos tantos na cidade, eu acho que é uma maneira de readequá-lo. Mas é curioso que é ao lado da minha casa essa área, eu não sabia.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Passaram-se os nomes quando apresentou o projeto inteiro no FEMA, aqui. Foi feito o projeto todo. E já tinha sido dito dessa área, mas como o Conselheiro tomou posse há pouco tempo, cabe aqui a observação, que está registrada. Você quer fazer alguma consideração?

Salete: Eu peguei aqui minha colinha. Salete, AMLURB. Porque são áreas assim... Mas aí, na hora que eu bato a olho, eu lembro bem. E essa área é uma área de 1.100 metros quadrados. É uma área menor. Então pode estar ocorrendo um equívoco. (incompreensível) 4 mil? Não. Essa é bem apertadinha. Então eu estou com o projeto aqui em papel. Se você se interessar, depois eu encaminho o projeto para você. Mas é um equívoco. É do lado de uma escola. Já tem um caminho. A gente preservou, e é uma área relativamente justinha para ecoponto. Não tem 4 mil. Mas eu te encaminho, depois. Está bom?

Cons. Ivo: Está bom.

Cláudio: Esclarecidas as dúvidas, em votação. Os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ecoponto Pesqueiro.

Cláudio: O projeto é a implantação de ponto de entrega voluntária, ecoponto Pesqueiro, com a finalidade de recebimento voluntário de resíduos da construção civil, e objetos volumosos, na subprefeitura de Itaim Paulista. O processo é 2011.0.046.330-1. Proponente: Secretaria Municipal de Serviços, AMLURB. O valor - R\$ 234.856,10. Análise da proposta: a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, AMLURB, solicita a análise da proposta de implantação de ecopontos de entrega voluntária, denominado ecoponto Pesqueiro, localizado na Avenida Itamerendiba com rua Caiuas, no distrito de Itaim Paulista. A proposta vem acompanhada do ofício 799/SP-IT/GAB/10, da subprefeitura do Itaim Paulista, que disponibiliza a área municipal sob folhas número 2 a 8, dando formalidade à legislação vigente, que a área em questão está enquadrada dentro da



resolução de SEMPLA/CTLU/103/2008. Sob folhas número 499 a 507, consta o memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto, conforme previsto no Plano Nacional de Resíduos, e Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo. Os custos da obra foram baseados na planilha de custos de EDIF, folhas 508 a 513. Em folhas 521 a 527, segue a apresentação realizada na reunião da plenária ordinária do CONFEMA, do dia 28/3/2014, referente à ampliação dos ecopontos na cidade de São Paulo. Em folhas 517, segue juntada a previsão orçamentária de desembolso para a meta de 2014. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Com a palavra, Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, SAJAP. Me chamou a atenção nesse processo, a data dele. Então eu queria saber, Salete, qual é o critério que vocês estão usando, porque se há processos tão antigos, se esses estão sendo priorizados, se nós vamos conseguir recuperar esse atraso. Porque os outros dois são de 2014. E se existe algum, eu imagino que possa existir algum critério, em função da disponibilidade de área, para esses daqui. E segundo, eu pergunto se alguma vez esse processo já veio para aprovação. Não? Nunca veio? Eu ia te perguntar outra coisa. Bom, se eu lembrar, eu falo. Mas era isso: eu queria saber por que... qual é o critério? Quer dizer, eu entendo que isso aqui deva ser dos primeiros.

Salete: Salete, da AMLURB. Existiu uma norma que entendia que ecoponto... o equipamento público ecoponto como altamente impactante. Isso ocorreu aí, até maio, março deste ano. Depois de muita discussão com a Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento, nós conseguimos mostrar que o ecoponto não tem um impacto sonoro, de poluentes, e poderia, sim, ser compatível com residência. Estou contando esse histórico por quê? Têm vários processos. Tem processo de 2009. Áreas excelentes. Como necessidade dentro de um planejamento, e que foram andando, porém brecharam, por uma questão legal. Hoje, e aí, da nossa equipe bem pequenininha, nós recuperamos todos esses processos, dada a importância e com essa nova legislação que entende sim, ecoponto não impactante, possível de estar próximo a residências, e que é a grande origem dele. Para pequenos geradores. Mas é isso. Talvez tenham dois aí, de 2009, e que a gente quer recuperar essas áreas, e fazer um equipamento.

Cons. Ivo: Ivo. Salete, é curioso, porque a gente estava no Itaim, com o Simão Pedro. Eu falei: Simão Pedro, a gente está tocando uma conferência que é enxugar gelo. Porque o Plano Diretor não permite ecoponto nem cooperativa. A questão de zoneamento. Ele teve a delicadeza de gravar no celular. E virou conversa de Secretarias. Foi o avanço que nós conseguimos dar na questão do ecoponto, na cidade de São Paulo. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Nesses três processos consta a resolução de SEMPLA. SEMPLA normalmente, quando faz resolução... de SEMPLA não. De CTLU. Específica da CTLU. Normalmente, é justamente por conta de incompatibilidade com o zoneamento. E os três casos que a gente está analisando têm resolução de 2008. Portanto, essa questão do zoneamento ficou esquecida lá para trás. E é, obviamente, muito bem-vinda. Como você fala, vocês têm uma equipe pequenininha, mas extremamente eficiente, eficaz. Porque isso daqui já poderia ter sido considerado lá atrás, porque já tinha essa liberação, em função da resolução da CTLU.

Salete: Eu preciso responder. Pois é. Eu acho que aí, nossa Cristina, eu até agradeço. É justamente essa resolução que está aí, que ela caiu. Então no lugar delas, a gente poderia arrumar o texto, é um decreto. Vou falar o número, mas precisamos chegar, que é 50.113, de 25 de maio de 2014. Então há de se conferir, porque eu estou falando de memória. 50.113, decreto municipal, de 25... que foi publicado 25 de maio de 2014. E que fica no lugar, justamente, dessa resolução. É essa que considerou NR3, par e passo como o impacto de um aeroporto, e a gente é bem menorzinho que aeroporto.



Cons. Cristina Antunes: Eu pediria então, que isso fosse retificado. A não ser que, ao longo do processo, haja menção a esse novo decreto. Porque a gente está... O que a gente tem aqui fala de uma resolução antiga.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Nós vamos só confirmar o número que ela pediu para confirmar, e faremos a correção, e mandaremos para vocês, corrigida.

Cláudio: Deixa eu só dar um ajuste. É assim: o relatório, quando ele é feito, ele é feito em cima do processo. O processo, ele está instruído, ele instrui que essa área que eles estão colocando para ser implantado esse ecoponto, ele atende essa resolução. Não tem nada que caiu o decreto. Então não tem como a gente criar alguma coisa. Agora, a partir desse momento, com essa informação, então eu solicito que todos os processos que forem encaminhados para o CONFEMA, para análise da CAV, tenha esse tipo de informação. Para estar instruído e estar colocando. Então não tem como a gente retificar um parecer, porque o parecer, ele foi feito em cima do que está escrito no processo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mas nós podemos solicitar, que a Salete está aqui, que seja feito oficialmente, um ofício para nós, uma comunicação e a gente... como estamos gravando, tiraremos a cópia, anexaremos aos processos que passaram já por aqui, de ecopontos, certo?

Cláudio: Então eu vou colocar em votação, os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Então foi aprovado por unanimidade.

Salete: Eu peço até desculpas. É erro sim, da AMLURB. É o tal da modernidade, corte e cole. Nós lutamos tanto por esse decreto, e deixamos a resolução aí. Ela tenta resistir. O ofício, nós vamos fazer, inclusive, para os anteriores. Que, se eu não me engano, o texto está o mesmo. Então eu peço desculpas, e a gente vai fazer um ofício sim, viu Cláudio. O erro é nosso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Como a Cristina Antunes disse, a sua equipe é pequena e eficiente. Pode cometer esse erro, que a gente corrige aqui, sem problema nenhum. Nós também erramos.

Cons. Cristina Antunes: Então estão aprovados esses três processos. Eu peço desculpas. Vou ter que sair. Mas já antecipo. Eu estou sem suplente porque ela está ocupada, tendo nenê. Mas eu votaria contra, porque é o mesmo critério que eu tenho sempre, com relação a usar verba do CONFEMA para... do FEMA para uso de manejo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito.

Cons. Cristina Antunes: Então desculpe. Obrigada. Até logo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, diante o adiantado da hora, eu gostaria o seguinte, se os Conselheiros aprovam. Tirando o Ibirapuera, que o objetivo é diferente, os próximos quatro itens, que fosse feito como foi feito o ecoponto. O escopo é o mesmo. Lê-se só o título e a conclusão. Os Conselheiros concordam? Por unanimidade. Então Cláudio, por gentileza, o Ibirapuera por inteiro, e os outros, o escopo é o mesmo. O título e a conclusão.

Cláudio: Então com a leitura, a proposta.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só uma coisa. Desculpe. Salete, muito obrigado. Agradeça ao Silvano, e obrigado pela equipe.

Cláudio: Proposta: regularização da prorrogação contratual dos serviços de segurança vigilância patrimonial desarmada do Parque Ibirapuera. O processo é 2012.0.328.921-5. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor: R\$ 6.194.613,19. Análise da proposta: a presente proposta de prorrogação do contrato de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera, registrado sob o número 048/SVMA/2012, folhas 221 a 236. Em folhas 441 foi juntada a solicitação de DAF para apreciação do CONFEMA para regularização da utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o custeio do contrato. Com base nas manifestações da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbice jurídico à utilização dos recursos do FEMA para a contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada para os parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se de solicitação de DAF com relação à necessidade de regularização da utilização



dos recursos do FEMA para custear a prorrogação da contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Parque do Ibirapuera. Conforme folhas 441, DAF informa que está sendo utilizado recurso para custear o contrato número 48/SVMA/2012, sem autorização do CONFEMA, no montante de R\$ 6.194.613,19, para o período de 12 meses, a contar de 12/12/2013, sendo que o empenho, 9.693/2014, vide folhas 443, no valor de R\$ 5.702.488,44 refere ao valor da contratação. Em nota de empenho 9.734/2014, vide folhas 444, no montante de R\$ 492.124,75, refere-se ao reajuste dos valores acima, dos valores acima, R\$1.979.251,20, folhas 443, e R\$187.039,10, vide folhas 443, já foram liquidados. O enquadramento: em folhas 347 a 351, consta o relatório com a manifestação da Procuradoria Geral do Município, PGM, favorável à utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, FEMA, para contratação de serviços de segurança e vigilância desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Com base no parecer da PGM, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, SVMA, que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, precipuamente, a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria e a conservação da qualidade ambiental. Ainda preconiza o parecer que o próprio CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32, da lei 14.887/2009, nos artigos 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153, de 28/2/2011, estabeleceu, entre as diretrizes para utilização dos recursos do FEMA, por meio da resolução 165 CADES/2014. Expansão, manejo e conservação de áreas verdes e unidades de conservação e parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, da Secretaria dos Negócios Jurídicos, que é possível a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta, cujo valor é de R\$ 6.194.613,19, referente à prorrogação e ao reajuste contratual. Assim sendo, a CAV não identifica óbice na prorrogação contratual, e aponta irregularidades na utilização dos recursos, realizada sem autorização do CONFEMA. Assina a Comissão de Avaliação Técnica, CAV. Com a palavra, a Sônia.

Cons. Sônia: Eu queria aqui, fazer uma ressalva bastante importante, porque esse parecer que leu, e os outros estão previstos para não serem lidos. Esse aqui, em especial, é uma revisão... é aquele "ajuste"

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Exato.

Cons. Sônia: Que o Jairo havia falado que seria necessário fazer, que na verdade não é um ajuste contábil. É uma aprovação a posteriori. De um recurso que já está, inclusive, empenhado, e já utilizou o dinheiro do Fundo. Eu não sei se o regimento... Eu não fui atrás disso... tem alguma coisa com relação a alguma pena nesse sentido, mas também não quero levantar isso agora. Acho que não é o caso. Acho que a gente, daqui para frente, tudo vai ser diferente. Então só queria fazer essa ressalva. Os outros pareceres não são do mesmo...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não. Não. Foi o que eu expliquei. Esse leria todo, porque o escopo era diferente, e os outros que são contratação de serviços de manejo, são todos iguais.

Cons. Sônia: Daqui para frente.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Desculpe. Está bom?

Cons. Sônia: Ok. Ok. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, Cláudio.

Cláudio: Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis...

Cons. Sônia: Eu vou me abster nessa votação. Sônia.

Cláudio: Certo. Os Conselheiros que são favoráveis permaneçam como estão. Aprovado por quatro votos a um. Sendo uma abstenção da Conselheira Sônia.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos ao próximo.

Cláudio: A proposta: a prestação de serviços de manejo, conservação dos parques que integram o grupo Colina. O processo é 2013.0.091.782-9. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total: R\$ 480.070,65, sendo R\$ 448.664,16 para a prorrogação e R\$ 31.406,49 para o reajuste contratual. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques que integram o grupo de parques Colina, composto pelos parques Colinas de São Francisco, Parque Cohab Raposo Tavares, parque linear do Sapé, e áreas de preservação do Parque Alfredo Alsten, cujo objeto inclui serviços manejo da vegetação existente nos parques, manutenção de gramados e áreas ajardinadas, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 06 a 27. Em folhas 524 a 525 do processo, consta o termo de aditamento do contrato registrado sob folhas sobre número 063/SVMA/2014, cuja vigência é de 6 meses, a contar de 20/2/2014, com vencimento em 19/8/2014. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é viável a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 480.070,65, sendo R\$ 448.664,16 para a prorrogação e R\$ 31.406,49 para o reajuste. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão Técnica de Avaliação, CAV. Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. A proposta: apresentação de serviços de manejo, conservação dos parques do grupo Anhanguera. O processo é 2010-0.134.888-1, DEPAVE. A proponente é a SVMA/DEPAVE. O valor total é de R\$584.937,94, sendo R\$ 19.424,36 para o reajuste e R\$565.512,58 para a prorrogação contratual por mais seis meses. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de manejo, manutenção e conservação do parque Anhanguera, cujo objeto inclui serviços de manejo da vegetação existente, manutenção das áreas verdes, coleta e destinação do lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 07 a 34. Em folhas 850 a 851 do processo, consta o termo do contrato, registrado sob número 27/SVMA/2010, com prorrogação de prazo por mais seis meses, a contar a partir de 20/2/2014. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, da Secretaria dos Negócios Jurídicos, que é viável a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 584.937,94, sendo R\$ 19.424,36 para o reajuste e R\$ 565.512,58 para a prorrogação contratual por mais seis meses. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice quanto à utilização do recurso. Assina a Comissão Técnica de Avaliação, a CAV. Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade. Para o item seguinte, o item 6, proposta de contratação de serviços de manutenção e conservação dos parques públicos que integram o grupo Shangri-lá. O processo é 2011.0.264.565-2. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total é R\$ 852.833,10, sendo R\$62.868,30 para o reajuste e R\$ 762.964,63 para a prorrogação por mais seis meses. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques do grupo Shangri-lá, composto pelos parques Shangri-lá, Parque Linear Parelheiros, Parque Aricanduva, Parque Rapadura, cujo objeto inclui serviços de manejo da vegetação existente, manutenção das áreas verdes, coleta e destinação do lixo gerado pelos usuários e limpeza e higiene dos sanitários públicos,



conforme especificações técnicas de folhas 17 a 40. Em folhas 924 do processo consta a solicitação de DAF, visando a autorização da prorrogação do prazo de vigência do contrato, 31/SVMA/2012, por mais seis meses, contados a partir de 16/8/2014. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, da Secretaria dos Negócios Jurídicos, que é viável a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 852.833,10, sendo R\$ 62.868,30 para o reajuste e R\$ 762.964,63 para a prorrogação por mais seis meses. Respeitada a utilização de dotação própria, atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice quanto à utilização dos recursos do FEMA para cobertura do reajuste contratual, e aponta irregularidades na prorrogação ocorrida em 16/2/2014, sem a aprovação do CONFEMA. Assina a Comissão Técnica de Avaliação, CAV. Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade.

Item 7. A proposta: prestação de serviços de manejo e conservação dos parques que integram o grupo Jacques Cousteau. Processo 2012.0.356.374-0. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total: R\$ 879.297,98, sendo R\$79.936,18 para o reajuste e R\$ 799.361,80 para a prorrogação por mais seis meses. Análise da proposta: trata a presente proposta de solicitação de recursos para a prorrogação de contratos de serviços de manejo, manutenção, conservação dos parques que compõem o grupo Jacques Cousteau, composto pelos parques Jacques Cousteau, Parque Barragem, Parque Barragem Guarapiranga, Parque Praia do Sol, Parque São José, cujo o objeto inclui serviços de manejo da vegetação existente nos parques, manutenção de gramados, e áreas ajardinadas, coleta e destinação do lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 404 a 429. Em folhas 920 a 921 do processo, consta o termo do contrato, registrado sob o número 030/SVMA/2014, com prorrogação de prazo por mais seis meses, contados a partir de 1/8/2014. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, da Secretaria dos Negócios Jurídicos, que é viável a utilização dos recursos do FEMA, para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor de referência é de R\$ 879.297,98, sendo R\$ 79.936,18 para o reajuste e R\$799.361,80 para a prorrogação por mais seis meses. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice quanto à utilização dos recursos para cobertura da renovação contratual, e os devidos reajustes. Assina a Comissão Técnica de Avaliação, a CAV. Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade dos presentes.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, terminada a ordem do dia, gostaria de saber se algum conselheiro ou conselheira tem inclusão de pauta para a próxima reunião. Não tendo, eu agradeço aos senhores conselheiros e conselheiras, aos técnicos e diretores da Secretaria presentes, e damos por encerrada a 92ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada hoje, 25/10, terminando ao 12h05. Obrigado a todos.